

Revista
Geografia
e Pesquisa

Paisagens Urbanas

volume

12

n° 1

ISSN 1806-8553

unesp 

Ourinhos

2018

© 2018 Curso de Geografia do Campus Experimental de Ourinhos

CAPA

Raquel Prado | Tikinet

FOTO DE CAPA

Foto de Marcos De Nadai

PROJETO GRÁFICO

Maurício Marcelo | Tikinet

DIAGRAMAÇÃO

Raquel Prado | Tikinet

REVISÃO

Douglas Mattos | Tikinet

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Mônica Silva e Natalia Bae | Tikinet

R4546

Revista Geografia e Pesquisa / Universidade Estadual Paulista.
Câmpus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia –
Ourinhos: Curso de Geografia, 2014.

74p.; 21cm.

Semestral
v.12, n.1, jan./jun.

ISSN 1806-8553

1. Geografia. 2. História. I. Universidade Estadual Paulista.
Campus Experimental de Ourinhos. Curso de Geografia.
II. Título.

CDD: 910.05

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

Solicita-se permuta – Se solicita intercâmbio – We ask for Exchange

EXPEDIENTE

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Câmpus Experimental de Ourinhos – Curso de Geografia

Av. Renato da Costa Lima, 451 – Ville de France – Ourinhos/SP – CEP 19903-302

Telefone: (14) 3302-9500

Home Page: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa>

EDITORES RESPONSÁVEIS

Fabiana Lopes da Cunha

E-mail: fabiana.cunha@unesp.br

Luciene Cristina Risso

E-mail: luciene.risso@unesp.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini

Reitor

Sergio Roberto Nobre

Vice-Reitor

Leonardo Theodoro Büll

Pró-Reitor de Administração – PRAD

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitora de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários – PROEX

Prof^a. Dr^a. Telma Teresinha Berchielli

Pró-Reitora de Pós-Graduação – PROPG

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Pró-Reitor de Pesquisa – PROPE

Gladis Massini-Cagliari

Pró-Reitora de Graduação – PROGRAD

CAMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS

Edson Luis Piroli

Coordenador Executivo

Marcelo Dornelis Carvalho
Vice-Coordenador Executivo

Luciene Cristina Risso
Coordenadora do Curso de Geografia

Fabiana Lopes da Cunha
Vice-Coordenadora do Curso de Geografia

REVISTA GEOGRAFIA E PESQUISA

COMISSÃO EDITORIAL

Fabiana Lopes da Cunha – UNESP Ourinhos

Luciene Cristina Risso – UNESP Ourinhos

CONSELHO CIENTÍFICO

Ailton Luchiari – FFLCH/USP/SP

André Munhoz Argollo Ferrão – UNICAMP/SP

Andrea Aparecida Zacharias – UNESP/Ourinhos

Angelita Matos Souza – UNESP/Rio Claro

Antonio Nivaldo Hespanhol – UNESP/Presidente Prudente

Antonio Thomáz Junior – UNESP/Presidente Prudente

Bernadete A. C. Castro – UNESP/Rio Claro

Genira Lupinacci – UNESP/Rio Claro

David Treece – King's College London/Londres/Inglaterra

Eliseu Severio Sposito – UNESP/Presidente Prudente

João Lima Sant'Anna Neto – UNESP/Presidente Prudente

José Flávio Morais Castro – PUC/MG

Lisandra Pereira Lamoso – UFGD

Marcelo José Lopes de Souza – UFRJ

Marcelo Martinelli – USP/SP

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP/Presidente Prudente

Maria Inez Machado Borges Pinto – FFLCH/USP/SP

Ricardo Antonio Tena Nuñez – UNAM/Cidade do México/México

Zeny Rosendahl – UERJ/RJ

Editorial

O volume 12, n. 1, da revista *Geografia e Pesquisa* conta com quatro artigos, uma entrevista e uma resenha.

Abrimos esse número com a entrevista feita pelo Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini (Instituto Federal de São Paulo – IFSP/São João da Boa Vista) ao Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa, geógrafo e estudioso de temas como territorialização e desterritorialização e professor da Universidade Federal Fluminense. Aqui o leitor poderá compreender como Haesbaert pensou o território e questões vinculadas com a desterritorialização e quais os teóricos que ele considera relevantes para o estudo do tema, dentre outras questões pertinentes sobre a trajetória desse grande estudioso e de sua pesquisa.

Em seguida, temos a resenha escrita pelo MSc Lucas Taoni (Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis) sobre o livro de Rodrigo Alzuguir intitulado *Rio de Janeiro: álbum pitoresco-musical*, que trata da pesquisa documental e histórica que discute os sons, as paisagens e a construção identitária de nossa antiga capital federal.

“Os diferentes significados de currículo”, da doutoranda Thamiris Slanzon de Carvalho (Unesp/Marília), discute sobre as diferentes definições do currículo a partir de uma perspectiva pós-estruturalista.

Em nosso segundo artigo, “Pequenas cidades: uma discussão quanto ao aspecto populacional”, escrito pela doutora em Geografia (Universidade Estadual de Londrina – UEL) Franciele Miranda Ferreira Dias, discute-se sobre o tamanho das cidades pequenas e questões não apenas vinculadas ao número de habitantes, mas também quanto à relevância de se estudar as relações de produção e circulação de capital para a compreensão do papel dessas cidades na rede urbana em que estão inseridas.

Em “Potencial ecoturístico de paisagens simbólicas em territórios protegidos: reflexões a partir da Área de Proteção Ambiental da Região de Maracanã, São Luís – MA, Brasil”, produzido pela doutoranda Fabiana Pereira

Correia (Unesp/Rio Claro) e a Profa. Dra. Luciene Cristina Riso (Unesp/Ourinhos/Rio Claro), discute-se o simbolismo das paisagens e sua importância na preservação da natureza e no desenvolvimento do ecoturismo a partir do campo da Geografia Humanista-Cultural Fenomenológica. O principal objetivo é refletir sobre o potencial ecoturístico de paisagens simbólicas em territórios protegidos, partindo da realidade da Área de Proteção Ambiental da Região de Maracanã.

E, finalmente, para fechar nosso número, “As folhas de reis em Ourinhos e Salto Grande (SP): por que e como estudar?”, escrito pela doutoranda Rafaela Sales Goulart (Unesp/Assis) e Profa. Dra. Fabiana Lopes da Cunha (Unesp/Ourinhos/Assis), trata da análise das folhas de reis em Ourinhos e Salto Grande entre o período de 1950 e 2010 e os desafios de trabalhar com festas na história do tempo presente. O artigo busca ainda compreender por que essas práticas e costumes rurais permanecem ativos nessas cidades e a relevância de entender a história da região a partir da ótica da história da cultura, através da festa e de sua possível salvaguarda.

Como o leitor poderá averiguar, os textos desse número possuem discussões relevantes sobre geografia, história, patrimônio cultural natural e imaterial, educação, arte, cidades e música.

Contribuíram para esse número pesquisadores e professores de diferentes instituições, tais como: do IFSP/São João da Boa Vista, Unesp/Marília, Unesp/Rio Claro, Unesp/Ourinhos, Unesp/Assis e UEL.

As editoras desejam uma boa leitura e solicitam contribuições de pesquisadores e professores com artigos, resenhas e entrevistas para nossa revista de fluxo contínuo.

Comissão editorial

Fabiana Lopes da Cunha e Luciene Cristina Riso

Questões sobre o território (II): os múltiplos olhares da geografia brasileira em Rogério Haesbaert

ENTREVISTADO: PROF. DR. ROGÉRIO HAESBAERT DA COSTA^A

ENTREVISTADOR: LUCAS LABIGALINI FUINI^B

^a Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Open University.

^b Professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus de São João da Boa Vista, doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Rio Claro, com pós-doutorado pela Unesp, campus Presidente Prudente.
E-mail: lucasfuini@yahoo.com.br

1) Nome completo, titulação, filiação institucional.

Rogério Haesbaert, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na Open University, Inglaterra, professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2) Atividades acadêmicas atuais (publicações, grupos de pesquisa, pós-graduação).

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF

Grupo de pesquisa:

Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização (registrado no CNPq desde 1994)

Publicações¹:

Último livro – *Viver no limite: território e multi/trans-territorialidade em tempos de in-segurança e contenção* (2014)

Atividades em pós-graduação:

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF (Niterói, RJ), Pós-Graduação em Geografia (*Políticas Ambientales y Territoriales*) da Universidad de Buenos Aires (Argentina), professor visitante em pós-graduações da Open University (Inglaterra), Université Toulouse-Le Mirail (França), Universidad de Tucumán (Argentina),

Universidad de Antioquia (Colômbia), Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (México).

3) Como você define o território e como dimensiona sua importância nos estudos geográficos?

É muito difícil sintetizar na forma de resposta a uma pergunta a definição de território e, mais ainda, comentar a sua importância para os estudos geográficos. Somente uma releitura dessa construção teórico-conceitual ao longo do tempo permitiria compreender de modo mais profundo essa conceituação. Numa síntese muito apressada, porém, sujeita a simplificações, começaria por lembrar que a conceituação de território que elaborei foi construída a partir de uma base empírica muito clara: o espaço de migração dos “gaúchos” (sulistas) no interior do Brasil, especialmente na região oeste da Bahia, que resultou em minha tese de doutorado, publicada como livro com o título *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste* (1997).

Nessa pesquisa, eu percebi o território como algo processual, dinâmico, destruído (ou “perdido”) e reconstruído ao longo de um processo migratório. Toda migração constitui um grande laboratório para entender as dinâmicas de des-reterritorialização. No caso dos “gaúchos”, apesar da sua diversidade em termos de classes sociais e condição etária, de gênero, religiosa ou mesmo étnica (descendentes de italianos, alemães, portugueses...), revelou-se fundamental em sua migração a coesão cultural manifestada pela força da cultura gaúcha, revivida através de instituições

¹ Ver currículo Lattes em <http://bit.ly/2VKwHpA>.

como o Movimento Tradicionalista Gaúcho e seus centros de tradições. Isso não quer dizer que todo grupo migrante tenha na referência identitária um elemento decisivo em sua territorialização (ou, em outras palavras, em seu “empoderamento”), mas no caso dos sulistas essa dimensão simbólico-cultural revelou-se fundamental, aliada ao poder político-econômico, principalmente para as classes hegemônicas, sempre investindo em grandes propriedades e preocupadas em manter o poder político, pelo menos localmente (daí a importância da criação de novos municípios e, em alguns casos, até mesmo de estados).

Essa experiência com a des-reterritorialização dos “gaúchos” serviu de clara inspiração para trabalhos teóricos de maior fôlego, como os livros *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (2004 – com edição mexicana, em espanhol, de 2011) e *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção* (2014). No primeiro a inspiração filosófica mais evidente foi em torno de Deleuze e Guattari, com seus “teoremas” da desterritorialização, e Henri Lefebvre que, mesmo utilizando muito mais a “categoria” espaço do que o conceito de território, traz contribuições fundamentais no que se refere à produção do espaço social. Acabei tomando por base suas concepções de apropriação e dominação do espaço para, a partir de uma releitura desses processos pela ótica das relações de poder – numa concepção bastante ampla que vai muito além do poder jurídico-político do Estado e inclui a força contemporânea do poder simbólico –, propor um conceito relacional de território (mais como processo do que como resultado), território que tanto pode ter uma configuração clássica, mais zonal, como a dos territórios político-administrativos estatais, quanto uma configuração mais reticular, os “territórios-rede”, como aqueles das grandes corporações transnacionais e de certas diásporas de migrantes. Destacando sempre a profunda diferença entre a des-reterritorialização dos migrantes conforme suas classes sociais: um grande executivo de uma empresa transnacional, por exemplo, que frequenta sempre o mesmo padrão de territórios dentro de seu grande território-rede (que, por sua vez, molda sua multiterritorialidade – mais funcional do que simbólica), e um migrante pobre em diáspora que recorre a suas redes de solidariedade e sua identidade cultural para garantir o mínimo de condições de sobrevivência.

A concepção de território, assim, estender-se-ia ao longo de um contínuo entre os territórios de caráter mais funcional (como o das grandes corporações transnacionais) até aqueles mais carregados de simbolismo (como no caso

dos chamados povos tradicionais), admitindo-se, numa das extremidades desse contínuo, a possibilidade da existência de territorialidade (enquanto dimensão simbólica), mas não obrigatoriamente a de território (materializado), como no caso da Terra Prometida dos judeus antes da criação do Estado de Israel. Mais recentemente, em trabalhos que reúno e reestruturo em *Viver no limite*, inspirado em Michel Foucault (que já aparece, mas de forma secundária, n’*O mito da desterritorialização*), propus analisar um outro universo empírico, a construção de novos muros (tanto intraurbanos – nas favelas do Rio de Janeiro – quanto em fronteiras internacionais). A partir daí, elaboro a conceitualização de contenção territorial, amplamente associada a uma modalidade contemporânea de poder, o biopoder, e que envolve aquilo que Foucault denomina, num conceito renovado, de controle da “população” (neste caso, especialmente a sua mobilidade). Conjugado a esses processos de contenção territorial dos grupos subalternos, encontramos dinâmicas de contornamento territorial dessas barreiras que, de uma forma mais complexa, podem desenhar um constante trânsito entre territórios, às vezes como condição para a reprodução social – podendo, assim, ser tratado também como transterritorialidade.

4) Quais são suas principais influências teóricas para a discussão do território?

São várias influências, pois mesmo não considerando diretamente as propostas de alguns autores, a simples problematização dessas propostas já representa uma condição indispensável para a elaboração de nossa conceitualização. Essas influências começam pelos autores clássicos da Geografia, Friedrich Ratzel e, principalmente, Jean Gottmann, especialmente em sua distinção entre território como abrigo (dominante entre grupos subalternos) e território como recurso (predominante, poder-se-ia afirmar, entre os grupos hegemônicos).

Fora da Geografia, os filósofos Gilles Deleuze e Felix Guattari (e seu debate sobre a desterritorialização) e Michel Foucault (embora este muito mais por sua discussão sobre o poder do que pelo uso – bastante questionável – que faz do termo território).

Autores da Geografia anglo-saxônica, como Robert Sack (com influências weberianas) e, mais recentemente, Stuart Elden (grande leitor de Foucault), também são referências obrigatórias para quem debate o território. Na Geografia de língua francesa, com maior repercussão

no Brasil do que a anglo-saxônica, a influência mais importante foi sem dúvida a de Claude Raffestin. Sua famosa tríade TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) foi decisiva, juntamente com a leitura de Deleuze e Guattari, para a construção de uma leitura relacional do território.

Finalmente, entre os autores brasileiros, divergindo ou concordando, é impossível não passar pela discussão com Milton Santos, o principal responsável pela difusão do conceito de território no Brasil (mais detalhes dessa influência em âmbito pessoal na próxima questão).

5) Quais são os principais geógrafos brasileiros e estrangeiros na análise do território? Eles influenciaram sua obra?

Brasil: Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Antonio Carlos Robert de Moraes, Marcos Saquet e, acredito, meu próprio trabalho – já que hoje, especialmente com a edição de *O mito da desterritorialização* em espanhol (já na 2ª edição), as ideias também têm sido discutidas em vários contextos latino-americanos (especialmente em universidades da Argentina, México e Colômbia, onde tenho proferido palestras e cursos). Milton Santos inspirou-me em vários debates. Fui seu bolsista-pesquisador durante meu mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e ele participou de minha qualificação de doutorado, além de ter feito um generoso prefácio para o livro *Des-territorialização e identidade*. Embora tenha discordâncias em relação à sua abordagem muito genérica de território, que chega a se confundir (explicitamente) com “espaços”, sua interlocução foi fundamental para a reelaboração de algumas de minhas proposições. Também a interlocução com o geógrafo e amigo Marcelo Lopes de Souza foi importante, principalmente nos anos 1990, o que pode ser evidenciado quando da publicação de nossos trabalhos na coletânea *Geografia: conceitos e temas* (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1995).

No exterior: embora eles trabalhem diretamente mais com outros conceitos, recebi influência mais direta de Doreen Massey e Jacques Lévy (supervisor de meu doutorado durante a bolsa-sanduíche no Instituto de Ciência Política de Paris que, mesmo criticando sua distinção demasiado clara entre território e rede, me auxiliou no reconhecimento das lógicas zonal e reticular). O diálogo com Doreen Massey (supervisora de meu pós-doutorado

na Open University, Inglaterra) foi fundamental. Esse diálogo resultou no recente artigo “Global sense of place and multiterritoriality” (traduzido para “Sentido global de lugar e multiterritorialidade” em *Viver no limite*, 2014, p. 88-102), publicado como capítulo da coletânea em sua homenagem *Spatial politics: essays for Doreen Massey* (FEATHERSTONE; PAINTER, 2013).

6) Cite as leituras fundamentais para aquele que pretende aderir à abordagem geográfico-territorial.

Os geógrafos já citados, em distintas linhas teóricas, entre outros:

Clássicos – Friedrich Ratzel (diversos, incluindo *Geografia política*, 1897), Jean Gottman (*The significance of territory*, 1973), Torsten Malmberg (*Human territoriality: survey of behavioural territories in man, with preliminary analysis and discussion of meaning*, 1980), Robert Sack (*Human territoriality: its theory and history*, 1986), Claude Raffestin (*Por uma geografia do poder*, 1980).

Também – Guy Di Méo (*Géographie sociale et territoires*, 1998) e Stuart Elden (*The birth of territory*, 2013).

E fora da Geografia – Paul Allières (*L'invention du territoire*, 1980), Michel Foucault (*Segurança, território, população*, 1978), Gilles Deleuze e Felix Guattari (*Mil platôs*, 1980, e *O anti-Édipo*, 1972).

7) Qual é sua avaliação sobre a (re)emergência do território na explicação dos fenômenos socioespaciais em detrimento de outros conceitos também tradicionais da Geografia, como espaço, paisagem e região?

Sobre essa complexa relação entre o conceito de território e os demais conceitos geográficos, recomendo o primeiro capítulo de *Viver no limite* (2014), onde desenvolvo a proposta de uma “constelação geográfica de conceitos”. Sobre o domínio do conceito de território nas geografias “latinas”, ver o artigo já citado do diálogo com Doreen Massey, bem como outros capítulos da primeira parte do livro *Viver no limite*.

8) Como é possível aplicar sua abordagem territorial em estudos de caso? Apresente-nos alguns exemplos ou indique algum texto em que tais estudos aparecem.

Ver minha tese de doutorado (tornada livro): *Des-territorialização e identidade: a “rede gaúcha” no Nordeste* (1997) e meu trabalho (capítulo) sobre os muros do Rio de Janeiro, “Cidade vigiada, cidade i-mobilizada: Rio de Janeiro do *Big Brother* aos novos muros” (em *Viver no limite*, 2014, p. 229-270). Em relação ao conceito de multiterritorialidade, analiso-a em relação à estratégia da Al Qaeda (HAESBAERT, 2002). Além disso, há diversos trabalhos de pós-graduação que fizeram bom uso ou que dialogaram com meus conceitos de território e multiterritorialidade em relação a questões empíricas específicas – ver, por ex., Marcos Mondardo, que também trabalhou com o conceito de transterritorialidade em relação à migração gaúcha no Mato Grosso do Sul, e com quem tenho artigo conjunto (HAESBAERT; MONDARDO, 2010).

REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FEATHERSTONE, D.; PAINTER, J. (ed.). **Spatial politics**: essays for Doreen Massey. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2013.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v. 1, n. 18, p. 37-46, 2002. Disponível em: <http://bit.ly/2Iox5Ch>. Acesso em: 5 mar. 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. Transterritorialidades e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileira latino-americana. **GEographia**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2vHADwH>. Acesso em: 5 mar. 2020.

Resenha do livro *Rio de Janeiro: álbum pitoresco-musical*

Review of the book Rio de Janeiro: álbum pitoresco-musical

LUCAS TAONI^a

^a Mestre em História pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Assis.
E-mail: prof.taoni@outlook.com

ALZUGUIR, Rodrigo. **Rio de Janeiro: álbum pitoresco-musical**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

Patrocinado pela Fundação Nacional das Artes e pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, o livro *Rio de Janeiro: álbum pitoresco-musical*, de Rodrigo Alzuguir¹, por intermédio de pesquisa documental e literatura histórica, fez denotar da cidade a cara e inextricável relação entre os sons, as paisagens, as músicas e a construção identitária da cidade. Para os leitores de primeira viagem, a edição chamará muita atenção, uma vez que o livro foi construído de acordo com a sua história e, por isso, está disposto em duas partes que começam cada uma de um lado e encontram-se no meio do encarte, no formato duplo-espelhado. A primeira parte é a recuperação do autêntico *Álbum pitoresco-musical*, de 1856, antecedida por sete capítulos de Alzuguir sobre tendências urbanas e musicais do Rio de Janeiro oitocentista. Já na segunda parte, há um outro *Álbum*, inspirado no precursor do século XIX, mas contemporâneo, com compositores e intérpretes que mantêm com o Rio de Janeiro relações topofílicas².

A primeira metade, que remete ao antigo *Álbum* de 1856, convida os leitores para uma experiência de imersão na vida privada e cultural do Rio de Janeiro. Assim, inicia-se o Capítulo 1, “Um sarau”, em crônica que expõe uma anedótica porém típica confraternização da alta

sociedade e da burguesia carioca, em salão dançante, ao som do piano, iluminação à gás, burburinho da juventude, namoricos modestos, bulício dos sapatos e dos tamancos castigando o verniz do assoalho amadeirado. Explorado textualmente, o estilo musical reinante nos salões da época: a polca. A crônica de Alzuguir (2014, p. 4), aliás, foi inspirada e recontada a partir da música “Tome polca!”, dos compositores José Maria de Abreu e Luiz Peixoto, interpretada pela cantora Marlene um século depois. De evidente importância, a polca é um tipo de música que se faz em compasso binário, pulsional, com andamento vivo e acompanhamento rítmico-harmônico colocado nos contratempos. Inquieta, logo se espalhou pelos salões da Europa e, nos anos 1840, atravessou o oceano e chegou às Américas retumbante (ALZUGUIR, 2014, p. 4). José Miguel Wisnik (2004, p. 31), sobre isso, assinalou que “entre o ragtime e o rock’n’roll tudo é polca!”. A polca, por assim dizer, é o protótipo de todos os gêneros e ritmos dançantes que no Brasil iriam se capilarizar entre as últimas fases do Segundo Reinado e durante o século XX, dos quais o samba é também herdeiro e o representante proeminente na música popular, atrelado mais tarde aos símbolos da identidade nacional (CUNHA, 2004).

A polca inaugurou definitivamente o mercado da música para danças, absorvido mais tarde pela indústria cultural, acompanhando intimamente as implicações da formação da sociedade de massas, mais nítida nas capitais do país, acirrando a disputa por espaços que havia entre a música de concerto e a música popular, uma vez que os públicos, os músicos e os próprios instrumentos envolvidos poderiam servir a um repertório ou outro com versatilidade, sobretudo no caso das poucas prensas de partituras para piano existentes no Brasil.

1 Autor também da premiada biografia (segundo lugar na categoria de Biografias do Prêmio Jabuti 2014) *Wilson Batista: o samba foi sua glória* (ALZUGUIR, 2013).

2 A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material, que diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão (TUAN, 1975, p. 136).

No Capítulo 2, “Pianópolis”, estabelece-se a correlação entre a dinâmica econômico-política da capital e a música carioca. Parafraseando o historiador Capistrano de Abreu, Rodrigo Alzuguir assinala que, quando saiu das prensas o *Álbum pitoresco-musical*, vivia-se um tipo de clímax imperial. Durante um período de quase duas décadas, entre 1850 e o findar da década seguinte, a alta do café, a proliferação de algumas estradas de ferro conectando o Rio a províncias alhures, a adoção e a ampliação do telégrafo, novas normas parlamentares outorgadas no poder e avanços da ciências e das artes, o Rio assistiu a anos de um brilhantismo sem precedentes – ainda que, com efeito, o trabalho escravo e cativo dos africanos estivesse em vagaroso processo de abolição. Na cena musical, metamorfoses de grande impacto também ocorreram, sobretudo com a música profana tomando o lugar consagrado da música sacra: “Os teatros da cidade tremiam sob o impacto dos dós de peito dos tenores e dos agudíssimos das *primas donnas*, e o chão dos salões familiares eram riscados pelos pés dos casais que saracoteavam ao som das danças europeias” (ALZUGUIR, 2014, p. 10).

No mesmo sentido, é sintomático perceber que, no ano em que o *Álbum pitoresco-musical* foi impresso, Manuel de Araújo Porto-Alegre, pintor, escritor e político, sucessor direto e aluno de Debret, colocou no Rio de Janeiro o feliz apelido de Pianópolis, a Cidade dos Pianos, tamanha era a devoção e adoração dos cariocas ao instrumento, que multiplicava-se como nunca antes, gerador de música e entretenimento, marcador de prestígio social para músicos, famílias e instituições (ALZUGUIR, 2014, p. 10).

O Capítulo 3, “O álbum”, trata da gênese do documento pioneiro por reunir músicas dedicadas à capital. No dia 20 de agosto de 1856, o *Correio Popular Mercantil* trouxe os detalhes do requinte editorial do álbum para os padrões da época: cada partitura estava acompanhada de uma exclusiva litogravura de Joseph Martinet, endossando imagetivamente a ideia de que a música feita em homenagem ao bairro, na verdade, era um exercício de composição incitado pela inspiração paisagística dos bairros, numa interface indissociável de imagem e som e identidade.

Todo o documento reiterava paulatinamente a relação íntima entre o espaço carioca e a música carioca, aliás, contendo oito litogravuras, uma para cada composição, e uma da Baía da Guanabara na capa do artigo de luxo. O *Álbum* foi confeccionado na rua dos Ourives, número 60, onde estava instalada em meados do século XIX uma das mais notáveis imprensas de partituras do Brasil, na casa dos Sucessores de Pierre Laforge. A empresa de partituras anunciou em toda a imprensa carioca o lançamento de um artigo musical especialmente luxuoso, este álbum de sete

partituras (que poderiam ser adquiridas em conjunto ou avulsas) contendo composições para piano em homenagem a cinco vistas cariocas (Botafogo, Glória, Jardim Botânico, São Cristóvão e Tijuca) e duas dos arrabaldes (Boa Viagem e Petrópolis).

No Capítulo 4, “Da polca ao choro”, Alzuguir estrategicamente dedicou-se à dinâmica de grande amálgama das artes que vieram de além-mar, pois, no começo da influência da música europeia nos trópicos, a execução era mantida na sua forma original, todavia, a partir de meados do século XIX, dessa música alienígena, pouco afeita também à nossa disposição com as coisas sincréticas de cultura e arte, iniciou-se um processo irreparável de adaptação, de climatização tropical, de “abrasileirar-se”. Muito por causa disso, também, por volta da década de 1870 surgiu no Rio de Janeiro o choro, ou “chorinho”, ainda que não propriamente como um gênero musical com balizas tão sólidas como a valsa, o fado ou a sonata, mas dotado de uma idiossincrática brasileirice de reproduzir ao timbre de instrumentos boêmios o repertório da música europeia do Oitocentos, valsas, polcas, schottisches. Por exemplo, aponta David Appleby (1967) em *The music of Brazil* que o processo gradual de transformação da música europeia em música brasileira, sendo a primeira a matéria-prima e a segunda um produto novo, específico, já era flagrante em *Rio de Janeiro: álbum pitoresco-musical*. Como primeiro exemplo, Appleby destaca a polca “Glória”, de Eduardo Ribas, que embora contivesse fragmentos rítmicos da vibrante polca europeia, já apresentava um quê de “langor tropical”, sugerido pela indicação de *molto espressivo* (muito expressivo, vagaroso, suave) inscrita na pauta após a introdução dos primeiros compassos (ALZUGUIR, 2014, p. 18).

O Capítulo 5, “Laforge”, sobre o músico e empresário Pierre Laforge, aborda o embrião institucional que, mais tarde, viabilizaria a iniciativa do *Álbum pitoresco-musical*. Pierre Laforge era músico de formação, oboísta e flautista. Chegou ao Rio de Janeiro em 1816, praticamente na mesma leva que trouxe para o Brasil um conjunto especial de artistas e pensadores franceses em 1815. Graças à derrocada de Napoleão, e à consequente reaproximação diplomática entre Portugal e França, desembarcaram no Rio grandes personalidades europeias, como Taunay, Grandjean de Montigny, Jean-Baptiste Debret e este homem com ideias irreverentes e prestígio crescente, Pierre Laforge, nomeado o flautista oficial da Real Câmara, a célebre instituição musical responsável pelas celebrações religiosas assistidas pela Família Real. Curiosamente, as razões da consagração de Laforge enquanto oficiante da música Real são inexatas, bem como é obscura a crise que a sucedeu, pois, com o findar da relativa

calmaria na vida carioca em 1831, articulada à abdicação de Dom Pedro I, a vida de Laforge mudou radicalmente de itinerário. Sem imperador e carente de fundos, a Imperial Capela – antiga *Real Capela* – foi extinta por ordem superior do ministro dos Negócios da Justiça (Manuel José de Souza França), restando a Laforge, do dia para a noite, dedicar-se a quaisquer outras atividades profissionais. Até que, em 1834, o músico pôs em prática uma ideia incomum: fundar uma estamperia com imprensa de música, originalmente localizada na rua do Ouvidor. Houve, é claro, durante o período que remonta à transmigração da Corte e o início do Segundo Reinado, outras iniciativas anteriores a sua, todavia esporádicas, efêmeras, malsucedidas. Ao que tudo indica, Pierre Laforge foi o primeiro a conseguir se estabelecer efetivamente no Rio de Janeiro com uma imprensa de música, até vendê-la à Salmon e Cia. em 1853, empresa que rebatizou o legado de Laforge, contudo conservando-o: daí o nome “Sucessores de Pierre Laforge” impresso em letras garrafais na capa do *Álbum* de 1856.

O Capítulo 6, “Martinet”, trata do prestígio artístico de Joseph Alfred Martinet no Rio de Janeiro e sua contratação para ilustrar o projeto *Pitoresco-musical* (“pitoresco”, “pictórico”, ou seja, aquilo que é digno de produção de imagem, vide a natureza atlântica carioca, esfuziante) da casa de partituras dos Sucessores de Pierre Laforge. Continuador de uma linhagem privilegiada, Martinet soube dosar bem o talento com o trabalho e, com essa alquimia, ainda jovem, pôde colher os resultados de um reconhecido artista no Rio de Janeiro, famoso pelos retratos, pelas pinturas e pelas aulas que ministrava na sua própria casa. Martinet desenvolveu também a técnica em litogravura, inaugurando em 1855 sua oficina. Dali em diante, atuou muito sob encomenda, com ilustrações para o tão citado *Almanaque Laemmert*, retratos litografados de Gonçalves de Magalhães em *A Confederação do Tamoios*, de Dom Pedro I para a capa da partitura do hino “O brado do Ipiranga” e as não menos importantes oito litogravuras de *Rio de Janeiro: Álbum pitoresco-musical* (ALZUGUIR, 2014, p. 23).

O Capítulo 7, “Os sete”, último capítulo da parte antiga do *Álbum pitoresco-musical*, retrata passagens biográficas e artísticas dos sete compositores – compositores letrados, são eles também os *escritores* das músicas na pauta: Demétrio Rivero, Eduardo Ribas, Salvador Fabregas, Geraldo Horta, Quintino dos Santos, J. J. Goyanno e A. Campos. Vencida a última página dos sete compositores, os leitores são apresentados com a reprodução exata do autêntico, antigo e primeiro *Rio de Janeiro: álbum pitoresco-musical* da casa de partituras dos Sucessores de Pierre Laforge. Trata-se, sem dúvida, de uma consciência patrimonial e democrática

acerca da história do Brasil, pois, até então, um exemplar deste álbum estava para a raridade de uma mosca branca.

No outro lado do livro, girando-o em 180 graus, há a segunda versão, o lado contemporâneo, que se conecta com o século XIX pela essência que desde aquela ideia pioneira pôde, através de Rodrigo Alzuguir e um time consagrado de músicos, ser preservada. A relação do Rio de Janeiro com a música: Cristóvão Bastos compôs um tango para Marechal Hermes; Itamar Assiere, uma bossa-nova para o Flamengo; Francis Hime foi pela tradição, e ao bairro da Gávea dedicou uma modinha; Maria Teresa Madeira fez um choro para a Lapa; há ainda outro choro, de Maíra Freitas, dedicado ao Centro; Delia Fischer, em homenagem a Copacabana, compôs um funk carioca, executado ao piano também; e, por fim, o maestro Gilson Peranzetta homenageou Braz de Pina com um choro lento.

Além disso, o novo Álbum não deixou esquecido o lado pitoresco da cidade: o pintor e desenhista Guilherme Secchin foi convidado a ocupar o lugar de Martinet. Esse time é, portanto, o time dos sucessores dos Sucessores de Pierre Laforge, conectados pelo fascínio que têm pelo Rio, em um arco histórico de um século e meio, que continuará a inspirar compositores, escritores, desenhistas, dramaturgos, amantes da arte e amantes da cidade, construtores de identidade.

REFERÊNCIAS

- ALZUGUIR, R. **Wilson Batista**: o samba foi sua glória. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- ALZUGUIR, R. **Rio de Janeiro**: álbum pitoresco-musical. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.
- APPLEBY, D. **The music of Brazil**. Texas: University of Texas Press, 1967.
- CUNHA, F. L. **Da marginalidade ao estrelato**: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945). São Paulo: Annablume, 2004.
- TUAN, Y.-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.
- WISNIK, J. M. **Sem receita**: ensaios e canções. São Paulo: PubliFolha, 2004.

Os diferentes significados de currículo

The different meanings of curriculum

THAMIRIS SLANZON DE CARVALHO^a

^aDoutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Marília.
E-mail: thamirisslanzon@gmail.com

Tomando currículo como um termo não unívoco, acredita-se que um dos caminhos para compreender sua variedade de definições seja relacioná-lo a poder. Assim, a partir da perspectiva pós-estruturalista, currículo será tomado como discurso, o qual compreende atores sociais e suas disputas de poder na tentativa de hegemonizar um sentido ao termo. Entretanto, como o poder não é fixo, e sim fluido, capilar, ou seja, tendo a premissa de que o poder está em toda parte, acredita-se que os atores sociais que não se evidenciaram num primeiro momento da definição do termo “currículo”, em momento posterior, irão contestar o sentido antes atribuído e, assim, imprimirão outra definição, fato que faz do currículo um discurso envolto em relações de poder. Para expressar os variados sentidos a ele conferidos, este artigo intenta apresentar, brevemente, alguns discursos curriculares que se fizeram temporariamente hegemonizados, portanto, aceitos e utilizados. Os discursos curriculares que serão apresentados contribuem no entendimento da multiplicidade de definições efêmeras que o termo recebe.

Palavras-chave: currículo, discurso, poder.

Assuming curriculum is a polissemic term, one way of understanding its variety of definitions is to relate it to power. By using the poststructuralist perspective, curriculum can be considered a discourse that comprises social actors and their power disputes in an attempt to hegemonize a meaning to the term. However, since power is not fixed but instead fluid, capillary, that is to say, assuming that power is everywhere, social actors not evident when the definition of “curriculum” was first coined would later challenge the previously assigned meaning and imprint another definition, an event that makes the curriculum function as a discourse wrapped in relations of power. In order to express the varied meanings conferred upon it, this article attempts to present some curricular discourses that have become temporarily hegemonized and therefore accepted and used. The description of such discourses contributes to understanding the multiplicity of ephemeral definitions that the term acquired.

Keywords: curriculum, discourse, power.

INTRODUÇÃO

Um dos caminhos para responder à pergunta “o que é currículo?” é relacioná-lo a poder.

Ao longo da história, desde 1633, quando o termo “currículo” foi utilizado pela primeira vez nos registros da Universidade de Glasgow, como relembram Lopes e Macedo (2011), chegando até o tempo presente, a sua definição não é unívoca. Ora sendo adotado pelo campo da Educação, ora resgatado pela Sociologia, ou ainda sendo incorporado pela Filosofia, o termo “currículo” apresenta um histórico bastante vasto e consideravelmente distinto de acepções.

Desde o momento da elaboração de um currículo, que aglutina estudiosos do campo curricular, professores, consultores e outros indivíduos, todos no propósito de construir um guia curricular ou currículo oficial para as redes de ensino, até o currículo da sala de aula, organizado pelo professor em consonância com o cotidiano escolar, observa-se que currículo pode apresentar uma infinidade de características: “entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

Em suma, a única estabilidade que pode ser encontrada a seu respeito “é de que não é possível responder ‘o que é currículo’ apontando para algo que lhe é intrinsecamente característico, mas apenas para acordos sobre os sentidos de tal termo, sempre parciais e localizados historicamente” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

Portanto, resgatando a relação entre currículo e poder anunciada no início deste texto, e com ciência da transitoriedade de definições conferidas ao termo “currículo”, acredita-se que essas variações de sentido se deram, e ainda se darão, ao longo da história, conforme a roupagem em que o poder estiver vestido, ou seja,

as definições de currículo não são utilizadas para capturar, finalmente, o verdadeiro significado de currículo, para decidir qual delas mais se aproxima daquilo que o currículo essencialmente é, mas, em vez disso, para mostrar que aquilo que o currículo é depende precisamente da forma como ele é definido pelos diferentes autores e teorias. Uma definição não nos revela o que é, essencialmente, o currículo: uma definição nos revela o que uma determinada teoria pensa o que o currículo é. (SILVA, 2015, p. 14)

Nesse ínterim, compreende-se que currículo é discurso, ou seja, um sentido atribuído, em determinado tempo histórico, por um conjunto específico de atores que disputam poder. Em outras palavras, diante de um contexto histórico-social, alguns indivíduos, que aqui serão chamados de atores sociais, tangenciados pelo contexto histórico vivido e embebidos de sua visão de mundo, descrevem, definem, significam o currículo de acordo com os seus entendimentos, os seus quereres, os seus interesses. Portanto, ao aceitar o currículo como discurso, despreza-se a essência, o seu sentido ontológico, em favor de seu caráter histórico e com ele as relações de poder imersas, hegemonizando um sentido ao termo.

Dessa forma, a fim de mostrar as variadas acepções conferidas ao termo e propor um breve histórico de suas teorias, serão brevemente apresentadas algumas compreensões temporárias que se fizeram bastante respeitadas e utilizadas no campo dos estudos curriculares. Logo, acredita-se que será possível visualizar a não fixação de um significado a currículo.

Este artigo volta-se à perspectiva pós-estruturalista que, compreendendo currículo como discurso, contribui no entendimento da multiplicidade de definições efêmeras que o termo recebe.

Para discorrer sobre tal ideia, este texto será assim estruturado: primeiramente, serão abordados os aportes teóricos do pós-estruturalismo que compreendem o currículo como discurso; em seguida, estarão as breves compreensões do termo. A intenção é mostrar que, em dado momento histórico, acordos aconteceram na disputa de poder para que um sentido fosse infligido, logo, legitimado ao termo currículo. Além disso, pretende-se reavivar alguns discursos curriculares que se deram ao longo da história, mostrando ao leitor como são distintos.

Por fim, serão tecidas as considerações finais.

O PÓS-ESTRUTURALISMO CONTRIBUINDO PARA A COMPREENSÃO DE CURRÍCULO

Pensar o currículo pelo olhar pós-estruturalista pode ser, por exemplo, questionar o conhecimento presente no currículo por meio do processo de significação, a partir das relações de poder envolvidas na sua produção.

Tomando os conhecimentos presentes no currículo como verdades construídas, o pós-estruturalismo se debruçaria a desvelar como tais conhecimentos foram considerados verdadeiros.

Desta forma, uma ideia pós-estruturalista de currículo perguntaria: quais conteúdos se fazem presentes? Por que estão presentes? Como se fazem presentes? Assim, desconstruiria os binarismos de que é feito o conhecimento que constitui o currículo.

De forma geral, como explica Peters (2000), entende-se por pós-estruturalismo um movimento de pensamento sobre a linguagem e o processo de significação, tendo no movimento teórico estruturalista a sua gênese. “O pós-estruturalismo pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade” (PETERS, 2000, p. 28).

Resgatando a preocupação da linguagem como um sistema de significação, como já enfatizada pelo estruturalismo francês dos anos de 1950 e 1960, que teve o francês Ferdinand de Saussure como primeiro representante, o pós-estruturalismo demonstra continuidade na ideia, mas a ultrapassa ao flexibilizar a rigidez das estruturas.

A língua é o sistema abstrato de um número bastante limitado de regras sintáticas e gramaticais que determina quais combinações e permutações são válidas em qualquer língua particular. A língua é a estrutura. A fala é a utilização concreta, pelos falantes de uma língua particular, desse conjunto limitado de regras. [...] No estruturalismo iniciado por Saussure, um significante – aquilo que gráfica ou foneticamente representa um significado – determinado não tem um valor absoluto: ele é o que é apenas na medida em que é diferente de outros significantes. O pós-estruturalismo estende consideravelmente o alcance do conceito de diferença a ponto de parecer que não existe nada que não seja diferença. (SILVA, 2015, p. 118-120)

Portanto, para o pós-estruturalismo, o significado nunca é definitivo e univocamente apreendido pelo significante.

Em termos de currículo, seu significado nunca será o mesmo. Pelo contrário, constantemente será reconstruído, pois a presença do significado no significante (currículo) é incessantemente adiada, diferida.

Isso ocorre porque o pós-estruturalismo compreende que o poder não é fixo, como algo que se possui para sempre, tampouco partindo de um centro, mas, como aponta Silva (2015), o poder é uma relação móvel, fluida e capilar, estando em toda parte. Portanto, compreender currículo como um significante que temporariamente

recebe um significado é compreender que tal significação torna-se temporária devido às diversas relações de poder ali compreendidas.

Poder e saber são mutuamente dependentes. Não existe saber que não seja a expressão de uma vontade de poder. Ao mesmo tempo, não existe poder que não se utilize do saber, sobretudo de um saber que se expressa como conhecimento das populações e dos indivíduos submetidos ao poder. (SILVA, 2015, p. 120)

Em suma, ocorre que, em determinado contexto histórico, o currículo receberá um significado que se hegemonizará como discurso durante um tempo, devido a um poder que está em evidência. Entretanto, como o poder não é fixado, ou seja, não pertence única e exclusivamente a um ator social ou a um grupo de atores sociais, este significado será contestado, sendo possível, então, outro significado ser impresso ao currículo, carregando outras demandas e evidenciando outro poder.

Nós temos a ilusão de que a definição de uma determinada palavra (significante) é constituída por um significado, “o significado da palavra”, mas, na verdade, ela é sempre definida por uma outra palavra (um outro significante). Aquele significante que constitui a definição da palavra e que supomos ser seu “significado” será definido, por sua vez, por outro significante, e assim por diante, num processo sem fim. Ou seja, o significado está sempre mais além, mais adiante, mas esse além, evidentemente, nunca chega. (SILVA, 2015, p. 121)

Outro ponto do pós-estruturalismo é enxergar o sujeito como uma invenção histórica, cultural e social, isto é, o sujeito é simplesmente o resultado de um processo de produção cultural e social, sendo refletido em seu discurso.

Portanto, pensar essas contribuições no campo curricular pode ser, por exemplo, compreender como o discurso, envolto em relações de poder, expressado no currículo como uma visão de mundo, faz parecer à própria realidade. A este respeito, Lopes e Macedo (2011, p. 40) afirmam: “pode-se entender os discursos pedagógicos e curriculares como atos de poder, o poder de significar, de criar sentidos e hegemonizá-los”.

A perspectiva pós-estruturalista contribui ainda para entender os diferentes significados dados ao significante currículo ao longo do tempo:

cada uma das tradições curriculares é um discurso que se hegemonizou e que, nesse sentido, constitui o objeto currículo, emprestando-lhe um sentido próprio. Tais tradições não captam, de diferentes maneiras, um sentido para o termo. Elas o constroem, criam um sentido sobre o ser do currículo. São um ato de poder, na medida em que esse sentido passa a ser partilhado e aceito. [...] a postura pós-estrutural nos impele a perguntar como esses discursos se impuseram e a vê-los como algo que pode e deve ser desconstruído. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 40-41)

Com a perspectiva pós-estrutural, chega-se à ideia de que currículo é um discurso, constituído por um jogo de interesses em que as relações de poder mostrarão qual interesse será, temporariamente, hegemonizado. Desse modo, concorda-se com a explicação:

o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constringe nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria. Claro que, como essa recriação está envolta em relações de poder, na interseção em que ela se torna possível, nem tudo pode ser dito. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 41)

APRESENTANDO ALGUNS DISCURSOS CURRICULARES

Deve-se mencionar que, mesmo compreendendo currículo como discurso, serão utilizadas, ao longo desta apresentação, expressões como: “teoria de currículo”, “ideia de currículo”, “visão de currículo”, “concepção de currículo”, quando forem percorridas algumas das definições teóricas dadas ao termo. Além disso, será possível identificar, em cada nova definição, ranços e avanços, continuidades e negações do sentido anteriormente conferido.

Vale lembrar que essas ideias ou teoria de currículo compõem o campo de estudo curricular, que assim é descrito:

consideramos que o campo do Currículo se constitui como um campo intelectual: espaço em que diferentes atores sociais,

detentores de determinados capitais social e cultural na área, legitimam determinadas concepções sobre a teoria de Currículo e disputam entre si o poder de definir quem tem a autoridade na área. Trata-se de um campo capaz de influenciar propostas curriculares oficiais, práticas pedagógicas nas escolas, a partir dos diferentes processos de recontextualização de seus discursos, mas que não se constitui dessas mesmas propostas e práticas. O campo intelectual do Currículo é um campo produtor de teorias sobre currículos, legitimadas como tais pelas lutas concorrenciais nesse mesmo campo. As produções do campo do Currículo configuram, assim, um capital cultural objetivado do campo. (LOPES; MACEDO, 2010, p. 1718)

A seguir estarão algumas teorias de currículo.

Do currículo humanista aos currículos tecnicistas

A primeira ideia de currículo constituída na educação secundária, que imperou até o início do século XX, é chamada de humanista, clássica ou tradicional.

Arraigado na Antiguidade Clássica, este currículo – no Brasil consistia no ensino jesuítico – pretendia, através da literatura, das obras de arte gregas e latinas, bem como do domínio destas respectivas línguas, formar o mais alto intelecto espírito humano nas “artes liberais”: *trivium* (gramática, retórica, dialética) e *quadrivium* (astronomia, geometria, música, aritmética).

Estabelecido numa sociedade em que a escolarização tinha restrita acessibilidade, o currículo humanista entendia o conhecimento como legado cultural fixo e estável de determinado tempo histórico, por isso, conservadoramente, fechava-se nos refinados feitos culturais greco-latinos. Escola e educação tinham o propósito único de perpetuar apenas uma parcela selecionada de todo o acervo cultural mais amplo do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade.

Nesses termos, a cultura e o conhecimento são estáticos, consensuais, programáveis e inquestionáveis, gerando uma relação apática e passiva entre quem “conhece” e aquilo que é conhecido.

Não considerar no debate curricular as mutações sociais e históricas da cultura como parte do conhecimento escolar, além de ocasionar apagamento de outras culturas e conhecimentos, permite a essencialização e idealização de uma só cultura, mostrando que esta é produto único e finalizado. “A cultura, aqui, é abstraída de seu processo de produção e tornase simplesmente uma coisa: ela é reificada. Esse processo de reificação é concomitante ao

processo de essencialização: a cultura ‘é’, a cultura não é feita, não se transforma” (SILVA, 2010, p. 14).

A ideia de currículo humanista começou a ser reprovada e revista na virada para o ano de 1901, especialmente nos Estados Unidos da América. O contexto histórico-social daquele momento, marcado pela intensa industrialização, reconfiguração espacial das cidades devido à construção de fábricas e vilas operárias, mudanças nas relações sociais e de trabalho, avanço tecnológico, especialmente na metalurgia, requereu um currículo mais útil para a vida laboral da modernidade.

Com os novos problemas sociais emergidos da mudança político-econômica, o latim e o grego não tinham mais serventia naquela sociedade do século XX; era preciso um conhecimento em consonância com a atividade profissional. Dessa forma, a preocupação na escolha de outros conhecimentos a serem ensinados ganhou espaço em detrimento do currículo humanista, clássico, que “aceitava com tranquilidade que as disciplinas tinham conteúdos/atividades que lhes eram próprios e que suas especificidades ditavam sua utilidade para o desenvolvimento de certas faculdades da mente” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 21).

É fato que esta nova visão de currículo, tecnicista, guardou grandes resquícios da ideia anterior de currículo humanista, visivelmente tradicional. Todavia, é a partir da preocupação econômica advinda do processo industrial, exigindo do currículo uma funcionalidade profissional, que muitos pesquisadores consideram o marco inicial dos estudos curriculares.

Na lógica industrial norte-americana de produzir, num menor espaço de tempo, a maior quantidade de mercadorias, o modelo de produção taylorista, pensado pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor, surge como a racionalização da produção mediante a fragmentação e a especialização extrema de cada tarefa desenvolvida na fábrica. Somado a isto, na área da Psicologia, os estudos comportamentalistas destacavam-se. Tais acontecimentos influenciaram, por mais de cinco décadas, a ideia de currículo que se perpetuou nos Estados Unidos e também nos países entusiasmados.

A concepção taylorista, que requeria uma mecânica hábil e competente na produção, adentrou no currículo em 1918 por meio dos estudos de Franklin John Bobbitt. De caráter extremamente eficientista, para Silva (2015), Bobbitt vislumbrava a escola tal como uma indústria, logo, o currículo não era uma seleção de conteúdos que deveriam ser ministrados, tampouco indicava alguma disciplina importante para a formação dos alunos; a

centralidade estava na ocupação profissional da vida adulta, portanto, estabeleciam-se objetivos que, por sua vez, exigiam habilidades as quais contribuiriam no preparo do aluno para a futura vida economicamente ativa.

As capacidades que os estudantes deveriam desenvolver para serem bons profissionais eram agrupadas, em formato de treinamento, dentro das disciplinas já existentes no currículo. Dessa forma, o especialista em currículo tinha a tarefa de

pesquisar e mapear quais eram as habilidades necessárias para as diversas ocupações. Com um mapa preciso dessas habilidades, era possível, então, organizar um currículo que permitisse sua aprendizagem. [...] e, finalmente, planejar e elaborar instrumentos de medição que possibilitassem dizer com precisão se elas foram realmente aprendidas. (SILVA, 2015, p. 23-24)

Essa ideia de currículo alinhava-se com a escolarização em massa, nos Estados Unidos, demandada pela continuidade da expansão do setor produtivo, que recrutava cada vez mais trabalhadores, nos variados segmentos sociais, para uma educação científica de alto nível. Incluem-se aí os imigrantes e, com eles, a preocupação estatal em zelar pela identidade nacional. Nesse sentido, Silva (2015) corrobora ao expor que a burocracia estatal norte-americana procurava moldar os objetivos e as formas da educação de massas diante das suas necessidades, assim como as demais forças, econômicas e culturais, também tentavam moldar seus quereres, disputando, num jogo de poder, suas diferentes e particulares visões.

Logo, o currículo proposto por Bobbitt, puramente técnico, foi ao encontro das exigências requeridas naquele contexto social, um currículo em conformidade com a vida adulta, demonstrando, assim, como a escola se tornava instrumento de controle social.

Anteriormente e na contramão do currículo eficientista de Bobbitt, mas ainda no cenário industrial dos Estados Unidos, surgiu, em 1902, uma ideia de currículo vinculada à democracia e à construção de uma sociedade harmônica. Seu anunciador, segundo Lopes e Macedo (2011), foi John Dewey, e sua proposta adentrou no Brasil em 1920 por meio do movimento da Escola Nova. Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo foram os escolanovistas que levaram a cabo tal ideia curricular.

De cunho progressivista, este currículo não tinha a pretensão de formar alunos como bons profissionais para a vida economicamente ativa; pelo contrário, entendia o aprendizado como processo contínuo e considerava,

no planejamento curricular, os interesses e as experiências das crianças e jovens.

Naquele cenário sócio-histórico, compreendia que as desigualdades sociais não eram naturais e, portanto, a educação era um meio para diminuí-las. Então, Dewey defendia um currículo que permitisse às crianças e jovens agirem, de forma democrática e cooperativa, perante problemas no ambiente escolar e também na vida em sociedade. Havia uma correspondência entre as experiências educacionais e as experiências sociais. Ainda com tais preocupações, invisíveis em Bobbitt, o currículo de Dewey voltava-se também a uma perspectiva organizacional, de como ser feito. Os assuntos escolares deveriam surgir de acordo com as necessidades práticas dos alunos; entretanto, o currículo não propunha, por exemplo, inquirir as experiências que seriam trazidas pelas crianças e jovens.

Pensando o currículo progressista de Dewey dentro das relações de poder que se estabelecem em torno do próprio currículo, no jogo de interesses que permite uma visão sobressair-se em relação às outras, Silva (2015) adverte que tal ideia curricular não se sustentou predominantemente nos Estados Unidos tal qual a ideia de currículo funcionalista de Bobbitt, pelo fato de esta permitir à educação tornar-se ciência, finalidade extremamente anunciada e pretendida num pano de fundo de expansão industrial.

Outra ideia curricular, abrangendo tanto a abordagem eficientista quanto o progressivismo, ainda que este tenha sido caracterizado como instrumental, manifestou-se em 1949 nos EUA, por Ralph Tyler. O fato de esta ideia curricular dedicar-se sobre a seleção e organização de experiências e conteúdos educativos fez com que o debate curricular pairasse aí por mais de 20 anos, tanto nesse país como em território brasileiro.

De cunho técnico e também comportamentalista, Tyler (1977) exprimia uma linearidade em torno da organização e desenvolvimento dos conteúdos, demonstrando que, a partir da clara definição dos objetivos que a escola pretendia alcançar, a eficiência estaria na vinculação do currículo com a avaliação de rendimento dos alunos.

Reafirmando o estilo organizacional de currículo, nota-se que a ideia de currículo para Tyler insistia na definição de objetivos a serem estabelecidos e nos meios de mensurar seu alcance, sem questionar a escolha destes objetivos ou da necessária importância de uma avaliação.

Acredita-se que os 20 anos de predominância do currículo de Tyler se motivaram pela inexistência de

outros estudos curriculares, que apareceram somente em 1970. Houve, portanto, uma efêmera estabilidade na relação de poder dentro do jogo de interesses da constituição curricular. Soma-se a isso o fato de o currículo de Tyler estar intimamente conexo à expansão do setor produtivo, pois, uma vez que o currículo se vinculava à avaliação, o eficientismo da organização curricular estaria contribuindo no comportamento dos alunos para a vida adulta.

Nessa primeira apresentação das teorias de currículo constata-se que, apesar do currículo tecnicista resguardar alguma similaridade com o currículo humanista – talvez o fato de serem prescritivos –, o eficientismo se voltou contra este, argumentando a sua ineficiência para a vida laboral e incapacidade de contribuir com eficácia para a economia, enquanto o progressivismo apontava a não consideração dos interesses das crianças e jovens.

Enfim, entende-se que isso só foi possível devido à íntima relação entre a industrialização e a escolarização em massa que se deu nos Estados Unidos, demonstrando que, naquele contexto histórico-social, outra ideia de currículo não teria realce. Tal fato legitima a compreensão de que no currículo há relações de poder que são disputadas pelas diferentes forças: políticas, sociais, culturais; ou seja, pelos diversos atores que as são/representam, em dado momento histórico, fixando assim, temporariamente, uma concepção curricular.

Os currículos críticos

Afastando-se da ideia de currículo tecnicista, centrado nas formas de organização e elaboração deste para preparação do aluno à vida adulta, laboral, a ideia de currículo crítico roubou o cenário no debate educacional a partir dos anos de 1970 em vários países, entre os quais França, Estados Unidos, Brasil e Inglaterra.

As figurações político-sociais que se davam no globo, naquele momento, impulsionaram o debate acerca da estrutura educacional tradicional, desestabilizando o statu quo desejável do currículo até então. Dentre os acontecimentos pode-se citar: os choques do petróleo (1973 e 1979); a independência das colônias europeias no continente africano e, com isso, o início de guerras civis disputando o poder no reestabelecimento do republicanismo democrático; a corrida espacial e armamentista no bojo da guerra fria; o término da guerra no Vietnã; a persistência da luta contra a ditadura civil militar na América do Sul; além da continuidade dos movimentos

de contracultura, do feminismo e de liberação sexual, iniciados na década de 1960.

Na França, os estudos do filósofo Louis Althusser serviram de base para o posterior debate do marxismo na educação. Por meio do conceito de ideologia, ele demonstrou que a perpetuação da sociedade capitalista depende da íntima conexão entre escola e economia.

Para Althusser (1983), o Estado mantém, através de suas instituições estabelecidas, mecanismos de convencimento, repressão ou ideologia que permitem a reprodução da força de trabalho e dos meios de produção para garantir a continuidade do sistema capitalista. Um desses mecanismos, denominado de aparelho ideológico do Estado, está na escola.

Por abranger, por longo período de tempo, praticamente toda a população em idade escolar, a escola, ideologicamente, permite que as crianças da classe dominada tendam à submissão e obediência, enquanto as da classe dominante se inclinam para tarefas de chefia e controle.

Essa diferenciação é garantida pelos mecanismos seletivos que fazem com que as crianças das classes dominadas sejam expelidas da escola antes de chegarem àqueles níveis onde se aprendem os hábitos e habilidades próprios das classes dominantes. [...] a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis. (SILVA, 2015, p. 32)

Assim, Althusser (1983) demonstrou que o Estado se interessa na atuação da escola como mantenedora e reprodutora da estrutura social de classes, propiciando tanto a formação de mão de obra quanto à difusão diversificada de ideologia para as diferentes classes.

Essa ligação entre escola e ideologia, ainda que não focasse no currículo, desencadeou estudos diversos, entre os quais aquele desenvolvido pelos economistas estadunidenses Samuel Bowles e Herbert Gintis, os teóricos da correspondência, como relata Lopes e Macedo (2011).

Enquanto Althusser despendeu considerável importância aos conteúdos que eram ministrados nas disciplinas escolares, especialmente História e Geografia, por entender serem estas mais facilitadoras à desejável permanência da estrutura social de classes quando comparadas a Matemática ou Ciências, Bowles e Herbert, segundo Silva (2015), recaíram-se no funcionamento da escola. Acreditavam que as relações sociais vividas pelos alunos na escola eram uma prévia das futuras relações de trabalho que estes iriam experimentar, destacando a correspondência entre as ações

da escola e as ações do local de trabalho como reprodução ideológica da estrutura social de classes.

A teoria da correspondência aproximou ainda mais a conexão entre produção e educação, escola e economia, via mecanismo ideológico.

Embora respeitáveis os estudos althusserianos e da correspondência, nota-se que estes exageraram no determinismo, sobretudo porque, na análise marxista, a economia e a produção estão no centro da dinâmica social.

Assim, por este viés, pensar as relações de poder que estão em disputa no currículo é imprimir um tom determinista. No jogo de interesses dos sujeitos envolvidos só há um sujeito, uma visão, não havendo espaço para outro interesse compor este jogo e nem ao menos tornar-se opaco.

Ao compreender o que o currículo faz, e não somente a organização e desenvolvimento deste, tal qual pretendiam as teorias humanista e tecnicista, os teóricos críticos acrescentaram outra concepção teórica ao campo curricular. Entretanto, expressaram aberta e univocamente que, num contexto de sociedade capitalista, o currículo será sempre a reprodução ideológica do Estado para perpetuação da estrutura social de classes, suscitando a ideia de que o poder é fixo e centralizado, sempre, em um único grupo/ator social.

Outro currículo crítico, que também emergiu nos anos de 1970 e teve um amplo legado, deve-se aos sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.

Mesmo resguardando o conceito de reprodução, as análises educacionais de Bourdieu e Passeron (1975) foram descentralizadas do prisma tão econômico de base marxista, focalizando a reprodução da estrutura social de classes como processo de reprodução cultural. Para tanto, utilizaram-se dos conceitos de capital cultural e dupla violência.

Com uma ideia de currículo em que tão somente a cultura dominante tinha espaço e podia ser compreendida como tal, os sociólogos mostraram que, exclusivamente, os conhecedores daquela cultura, ou seja, apenas os alunos acostumados com aquele domínio simbólico, ou ainda, os alunos da classe dominante teriam êxito e seriam afortunados. Ao contrário, para os alunos das classes dominadas, que não estavam habituados, familiarizados, com os códigos da cultura dominante, só restaria o fracasso.

Dessa forma, compreender a reprodução social pela escola, no âmbito da reprodução cultural, é visualizar a supervalorização de uma cultura ao passo que outra é desvalorizada, no intuito de manter as classes sociais inflexíveis, naturalizando um único tipo de cultura e internalizando o entendimento de que cultura é aquela da classe dominante.

A esse respeito, Lopes e Macedo dissertam: “os sistemas dos arbitrários culturais de uma determinada formação social são, assim, definidos como legítimos e sua imposição é ocultada pela ideologia” (2011, p. 28).

Contribuindo para os estudos curriculares críticos, era esperável dos EUA, berço das ideias curriculares marcadas pelo tecnicismo de Bobbitt e Tyler, uma expressão de suas insatisfações. Assim, em 1973, um grupo liderado por William Pinar organizou na Universidade de Nova York a I Conferência sobre Currículo, originando, mais tarde, o movimento de reconceptualização.

No propósito de expressarem uma ideia curricular alternativa à tradicional, inicialmente, o movimento de reconceptualização abarcava adeptos da fenomenologia e favoráveis dos estudos marxistas. Entretanto, estes últimos foram, aos poucos, distanciando-se do movimento, alegando a grande importância que a subjetividade ganhava em detrimento do envolvimento político (SILVA, 2015).

Por fim, a reconceptualização do currículo ficou a cargo da fenomenologia que, naquele momento, não teve grande alcance.

Quanto à vertente marxista, Michael Apple foi um dos mais importantes representantes no debate do campo curricular; e seus estudos foram rapidamente difundidos em outros países, sendo utilizados mesmo nos dias atuais.

Retomando as apreciações entre escola e economia, desvelando o caráter reprodutivista de uma sob a outra, Apple (1999) seguiu adiante e fez-se diferencial por não compreender tal conexão de forma somente mecânica, simplificada e estrutural. Quando considerou que as esferas sociais como, por exemplo, cultura e educação não são meramente reproduções da estrutura econômica de uma sociedade capitalista, tendo, sim, suas dinâmicas internas, próprias, este autor sopesou as relações que se dão em cada uma delas, suas zonas de conflito, marcadas pela oposição entre a classe dominante, que tenta convencer sobre a manutenção dos arranjos sociais existentes, e um grupo de resistência a tal imposição.

Ancorado na crítica marxista de dinâmica da sociedade, segundo a qual a dominação de classe pelos detentores dos meios de propriedade e produção, ou seja, possuidores dos recursos materiais, dá-se sob aqueles que possuem unicamente a força de trabalho, Apple (1999) utilizou-se do conceito de hegemonia, formulado por Antonio Gramsci e desenvolvido por Raymond Williams, para explicar que a organização econômica afeta todas as esferas sociais, a citar a escola, particularmente o currículo.

A classe dominante constantemente recorre ao campo ideológico para convencimento e perpetuação de sua

dominação econômica, que será transformada em hegemonia cultural. Entretanto, no processo de convencimento ocorrem conflitos, oposições, resistências por um grupo de contestadores, visivelmente com interesses distintos.

Assim, o conteúdo presente no currículo é fruto de uma seleção de conhecimentos considerados mais legítimos do que outros.

A preocupação recai em compreender o porquê da escolha, da seleção e da legitimação de determinados conteúdos em detrimento de outros, fato que leva a conhecer os reais detentores desse conhecimento. As relações de poder mostram como interesses de um grupo são transformados em conhecimentos mais fidedignos. “É precisamente esse caráter conflagrado que caracteriza um campo cultural como o do currículo. Como uma luta em torno de valores, significados e propósitos sociais, o campo social e cultural é feito não apenas de imposição e domínio, mas também de resistência e oposição” (SILVA, 2015, p. 49).

Apresentando as relações de poder que se dão no currículo, acredita-se que Apple visualizou como um campo de luta em torno de valores, propósitos sociais e significados.

No Brasil, a obra *Pedagogia do oprimido* (1970), de Paulo Freire, ainda que não apresentasse explicitamente uma teoria de currículo, expressou estimável crítica ao caráter verbalista e dissertativo do currículo tradicional, denunciando a ausência de relações estreitadas entre o conhecimento e as pessoas envolvidas no ato de conhecer.

A despreocupação de o conhecimento atrelar-se ao entendimento de mundo do aluno, corroborando sua “visão de mundo”, foi sintetizada por Freire (1970) no conceito de educação bancária. Fazendo uma analogia ao depósito bancário, o conhecimento é visto como um conjunto de informações que devem ser simplesmente transferidas do professor para o aluno, desconsiderando as pessoas envolvidas no ato pedagógico e entendendo o educando como um receptor passivo.

Como resposta à concepção bancária, Freire (1970) propôs a educação problematizadora, respaldando-se na fenomenologia para compreender que todo conhecimento tem uma intenção, logo, envolve intercomunicação e intersubjetividade. Assim, o ato pedagógico não se dá de forma unilateral, mas preconiza um ato dialógico, não existindo separação entre o ato de conhecer e aquilo que se conhece.

Tendo como premissa que “o ato de conhecer envolve fundamentalmente o tornar ‘presente’ o mundo para a consciência” (SILVA, 2015, p. 59), acredita-se que era a partir das experiências dos educandos, ou

seja, das vivências cotidianas dos alunos que os conteúdos deveriam ser organizados pelos especialistas no currículo. Freire (1970) não visualiza os especialistas em currículos e os professores como mero impositores de um conhecimento, pelo contrário, entendia-os como parceiros no processo de organização do conhecimento a partir das demandas expostas pelos próprios alunos. Assim, o aluno é participante ativo nas etapas de seleção dos conteúdos que estarão no currículo. Ainda que Freire tenha utilizado, em sua exposição do método do conhecimento problematizador, expressões que estão mais presentes nos currículos tecnicistas, o cenário discursivo não é o mesmo, visto que, diferentemente dos eficientistas, Freire considera a cultura e sua multiplicidade em suas observações.

Suas contribuições ressoam até os dias atuais, apesar de o epicentro ter sido no período de 1970 a 1990.

No início de 1980, com a crítica à proposta educacional freiriana pelo fato de esta se deter somente ao método de aquisição do conhecimento em detrimento do tipo e finalidade desse conhecimento, a pedagogia histórico-crítica, desenvolvida por Dermeval Saviani, se constituiu no Brasil.

Ainda que a temática central também não fosse o currículo, Saviani (1983) defendia que a educação só se tornaria política a partir do momento que a classe subordinada tomasse o conhecimento como instrumento cultural possível de luta política mais ampla. Este autor defendia que a classe subordinada precisaria ter conhecimentos que os levassem à luta; conhecimentos universais, considerados como patrimônio da humanidade, e não conhecimentos apropriados por um grupo e arroupados pela sua visão.

A pedagogia histórico-crítica foi e ainda é muito utilizada no campo educacional. Entretanto, nessa perspectiva, nota-se uma análise de cunho marxista que evidencia a concepção estrutural da relação entre educação e classe social, não dando espaço ao debate cultural, tampouco considerando os diversos atores sociais que estão envolvidos no processo educacional. Observa-se que o possível entendimento de currículo se dá por finalidade única e já colocada pelo autor: a classe subordinada ter conhecimento para poder lutar.

Na Inglaterra, a crítica curricular foi incorporada pela Nova Sociologia da Educação (NSE), iniciada em 1971, notadamente por Michael Young e Basil Bernstein, como indicam Lopes e Macedo (2011).

Segundo Silva (2015), o currículo inglês pautava-se, de maneira aritmética, nos desiguais resultados de

rendimento escolar, sobretudo no fracasso escolar dos alunos da classe operária. A crítica da NSE era o fato de não problematizar possíveis relações existentes entre classe social e renda com sucesso ou falha escolar para compreender os motivos que levavam os alunos da classe operária ao insucesso escolar.

A NSE, apesar de não produzir propriamente uma alternativa de currículo, enfatizava a ligação entre as formas de consciência e conhecimento com as estruturas sociais, econômicas e institucionais.

Colocando em questão as seleções existentes no currículo, questionando, por exemplo, “por que uma disciplina é escolhida em detrimento da outra?”, “por que um conteúdo faz-se mais importante que outro”, a NSE visualizou o currículo e o conhecimento escolar como invenções sociais que se dão através de disputas, ou seja, dos valores e interesses sociais envolvidos.

De forma mais geral e abstrata, a NSE busca investigar as conexões entre, de um lado, os princípios de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e, de outro, os princípios de distribuição dos recursos econômicos e sociais mais amplos. Em suma, a questão básica da NSE era a das conexões entre currículo e poder, entre a organização do conhecimento e a distribuição de poder. (SILVA, 2015, p. 67)

A NSE contou ainda com uma vertente fenomenológica de análise sociológica da educação, perpassando o currículo. Entretanto, a vertente estruturalista, de cunho mais neomarxista, como alguns estudiosos intitulam, ganhou maior destaque.

O estudioso Michael Young (1986), entendendo que o conhecimento é a própria construção social, analisou a estratificação e seleção na organização do currículo em que um conteúdo ou disciplina ganham prestígio e teceu a crítica sobre a importância de os conhecimentos da classe subordinada estarem no processo educacional, não admitindo que sejam considerados apenas os conhecimentos da classe dominante.

Já o estudioso Bernstein, como expõem Lopes e Macedo (2011), preocupava-se mais com o poder envolvido nos tipos de organização do currículo do que com os conteúdos selecionados que dele faziam parte. A intenção era mostrar o grau de aproximação entre as diferentes áreas que compunham o currículo, indicando que os diferentes tipos de aproximações ou afastamentos estão ligados a princípios de poder e controle.

Assim, ancorado nos princípios de poder e controle, numa compreensão curricular em consonância

com a questão da pedagogia e da avaliação, Bernstein, de acordo com Silva (2015), desenvolveu suas análises, de cunho sociológico, no campo educacional, pretendendo, em suma, entender e diminuir as divisões entre o ensino acadêmico e tradicional, destinado à classe dominante, e o ensino mais profissionalizante, restrito à classe subordinada.

Os esforços da NSE no campo curricular foram influentes até meados da década de 1980, quando o movimento já dava indícios do seu fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos tantos sentidos que o termo currículo ganhou ao longo da história, enriquecendo o campo dos estudos curriculares, acredita-se que o pós-estruturalismo seja a perspectiva que reconhece e considera essa gama de significações por visualizá-las como discurso envolto em poder, que se hegemônica em determinado tempo.

Entretanto, reconhecer e considerar as tantas definições de currículo não faz a perspectiva pós-estruturalista assumi-las como verdades inquestionáveis. Pelo contrário, considerando o contexto histórico, o poder e o jogo de interesses dos atores sociais, a perspectiva auxilia na compreensão de como um discurso se torna hegemônico, no caso, como diversas ideias de currículo foram produzidas, aceitas e utilizadas por determinado tempo.

Assim, acredita-se que, além de questionar o próprio discurso curricular em voga, o pós-estruturalismo e sua preocupação com a linguagem e o poder permitem conhecer aquilo que no discurso foi realçado ou apagado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Porto: Porto Editora, 1999.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Coleção estudos culturais, v. 6).

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TYLER, R. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1977.

YOUNG, M. A propósito de uma sociologia crítica da educação. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 157, p. 532537, 1986.

Pequenas cidades: uma discussão quanto ao aspecto populacional

Small cities: a discussion about the populational aspect

FRANCIELE MIRANDA FERREIRA DIAS^a

^a Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).
E-mail: franciele.ferreiradias@gmail.com

O objetivo deste trabalho é realizar uma discussão concisa acerca do aspecto populacional como um indicativo daquilo que poderia caracterizar uma pequena cidade, uma vez que, em linhas gerais, o pequeno número populacional está associado ao ideário do que seria uma pequena cidade. Essa discussão surge por haver divergências quanto aos números relativos ao tamanho populacional, sendo que no caso brasileiro eles variam entre 10 mil e 100 mil habitantes. Também há necessidade de distinguir a pequena cidade quanto ao centro local, uma vez que embora guardem aspectos semelhantes, apresentam diferenciações que devem ser explicitadas. Salienta-se que o critério populacional não é o único relevante para a determinação de uma cidade como pequena, pois é necessário entendê-la como parte da rede urbana. Entretanto, através do tamanho populacional é possível buscar o entendimento das relações de produção e circulação de capital, compreendendo assim seu real papel quanto à rede urbana a qual se insere. A metodologia utilizada na elaboração deste artigo pauta-se na consulta bibliográfica quanto à temática escolhida. O artigo é parte dos resultados preliminares da pesquisa de doutoramento em geografia da presente autora.

Palavras-chave: pequenas cidades, população, centros locais, metodologia, rede urbana.

The objective of this study is to discuss population as an indicative of what could characterize a small city, since small populations are typically part of the characterization of small cities. This discussion is significant since there are differences as to the numbers employed, and in the Brazilian case, numbers vary between 10 and 100 thousand inhabitants. The need to distinguish small cities from local city centers is also required as they have different characteristics despite their similarities. It should be noted that population is not the only relevant criterion for the determination of a small city, as it has to be understood as part of the urban network. However, by using population size, it is possible to understand the relations of production and circulation of capital, thus understanding its real role in the urban network to which it belongs. The methodology used in this article was bibliography research on the chosen subject. This article is part of the preliminary results of a doctoral research in geography by the present author.

Keywords: small cities, population, city centers, methodology, urban networks.

INTRODUÇÃO

As mudanças engendradas pela globalização econômica têm trazido consequências nas cidades em geral e também naquelas que apresentam a menor complexidade econômica e social e população diminuta. Trata-se das pequenas cidades que se tornaram muito heterogêneas quanto à economia que apresentam e, conseqüentemente, ao papel na divisão territorial do trabalho.

Nesse sentido, embora a temática do estudo das pequenas cidades não seja exclusiva da ciência geográfica, observa-se, no caso do Brasil, um aumento gradativo de estudos, sobretudo nos últimos dois decênios. Apesar disso, o incipiente interesse pelo tema, comparavelmente às cidades de outros tamanhos populacionais, se dá em razão da aparente pouca complexidade que elas apresentam, do ponto de vista econômico e social.

Há inúmeros estudos que tratam de pequenas cidades de forma adjacente, ou seja, abordando alguma problemática que ocorre nesses espaços, não necessariamente relacionada à Geografia Urbana/Econômica. Porém, são poucos estudos que analisam a pequena cidade enquanto um elemento da rede urbana ou mesmo quanto à sua produção no espaço, justamente por aparentarem ser um espaço pouco complexo.

No entanto, o desequilíbrio das redes urbanas em países em desenvolvimento como o Brasil, de acordo com Corrêa (2004), evidencia que essas redes têm poucas cidades médias, havendo preponderância das pequenas cidades; logo, ao serem prevalentes, devem ser estudadas. Também tem sido evidenciado pelo autor citado e por outros que, em virtude das mudanças ocorridas nos últimos decênios quanto à divisão territorial do trabalho, verifica-se que muitas pequenas cidades têm passado por refuncionalizações de suas atividades econômicas e, em alguns casos, surgem as denominadas especializações funcionais. Assim, com a complexidade econômica e social, adquirida por algumas pequenas cidades, faz-se válido o estudo destas.

Embora as pequenas cidades sejam prevalentes no Brasil, sua quantidade aumentou gradativamente durante o século XX, coincidindo com o processo de urbanização brasileira. Também, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, evidencia-se que aumentaram gradativamente com a emancipação¹

de inúmeros núcleos urbanos em maioria diminutos. Logo, intensifica-se o questionamento do que é rural e o que é urbano e, por conseguinte, o fator populacional mostra-se novamente relevante.

Por outro lado, revela-se bastante intrincada a definição do que seria uma cidade, em especial em um país com dimensões continentais como o Brasil, onde se têm cidades com populações bastante heterogêneas, diferenças econômicas e sociais resultantes do processo de urbanização que se deu diferentemente no contexto nacional. Quanto à definição do que seria uma pequena cidade, o consenso também não existe e não há ainda uma metodologia concretizada no que tange a seu estudo. Por essa razão, nota-se que se sobressaem duas hipotéticas opções metodológicas, ou seja, o viés quantitativo, ou demográfico, e aquele de cunho qualitativo, no qual a pequena cidade é analisada quanto à influência da formação socioespacial, a inserção na rede urbana, entre outros elementos.

Embora consideremos acertado os estudos que se pautam na análise constituída principalmente pela opção metodológica qualitativa, o aspecto quantitativo é importante sobretudo quanto à definição prévia do que seria uma pequena cidade. Isso porque se deve buscar a compreensão quanto ao tamanho populacional mínimo que caracteriza uma pequena cidade, e também qual o tamanho máximo que pode apresentar a fim de que não se configure como uma cidade média. O fator populacional não se mostra unicamente determinante para a definição daquilo que seria uma pequena cidade, sendo esse aspecto discutido no presente artigo.

Apesar disso, entendemos ser conveniente uma breve discussão teórica sobre o que seria a pequena cidade, sobre o ponto de vista populacional, uma vez que há uma diversidade enorme de apontamentos numéricos utilizados para tal classificação. Também, de forma geral, pode-se entender que uma cidade é pequena devido ao seu tamanho territorial e populacional. Por essa razão, embora não seja unicamente suficiente para delimitarmos o que é uma pequena cidade, esse critério mostra-se como um indicativo.

Salienta-se que a discussão presente neste artigo se refere ao Brasil, quanto à delimitação da área de estudo, e apresenta como recorte temporal o final do século XX e início do XXI. Deve-se entender, portanto, que a denominação do que seria uma cidade, mediante seu tamanho populacional, mostra-se como uma questão bastante discutível quanto a outros países, uma vez que os critérios demográficos e/ou administrativos são

1 Tomio (2002) faz uma análise pormenorizada da criação e emancipação de municípios brasileiros no período após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

bastante heterogêneos. Há ainda a questão do tempo, ou seja, em cada período histórico, o significado do que é uma cidade e o respectivo tamanho que a caracteriza como pequena, média ou grande, alteram-se. Por conseguinte, de acordo com Lencione (2008), considera-se o tempo histórico porque um aglomerado urbano pode ser avaliado como cidade em um período e em outro não, uma vez que o tamanho das cidades tem significados diferentes em realidades distintas.

O presente artigo é parte dos resultados da pesquisa de doutoramento da autora. Esclarecemos que compartilhamos dos pressupostos teóricos da professora Tania Fresca (1993, 2010), segundo os quais a pequena cidade só pode ser compreendida de fato através da concepção de sua inserção na rede urbana, e também acreditamos nos pressupostos teóricos do professor Milton Santos (1982, 2005) quanto às diferenças existentes entre as pequenas cidades e as cidades locais, como um aspecto relevante na compreensão do que é uma pequena cidade.

A metodologia utilizada no presente trabalho consiste na consulta bibliográfica acerca do tema pequenas cidades, destacando-se os autores Santos (1982, 2005), Fresca (2010), Corrêa (1999, 2004) e Endlich (2009) por fundamentarem teoricamente os aspectos primordiais ao entendimento da temática supracitada. Também foram consultados artigos científicos no âmbito da Geografia relativos às pequenas cidades, a fim de avaliar qual o patamar demográfico considerado pelos diversos autores a fim de caracterizar uma pequena cidade. Salienta-se que não se tem o objetivo de esgotar tal avaliação, pois a bibliografia referente ao tema, embora ainda seja diminuta se comparada aos demais tamanhos de cidade, têm aumentado gradativamente e, portanto, exige uma pesquisa de outra magnitude.

REDE URBANA E PEQUENA CIDADE

Primeiramente, devemos considerar a importância da teoria das localidades centrais de Christaller (1966)², uma vez que, ao avaliar os papéis que os centros urbanos poderiam desempenhar na denominada rede urbana, traz

2 A teoria citada procurava estabelecer o entendimento de uma rede urbana no sul da Alemanha em 1933, considerando para tal o estudo das funções que os núcleos urbanos apresentavam. Essas análises consideravam que as cidades se tornavam grandes e importantes mediante fatores aleatórios e também devido à proximidade com a metrópole.

à tona o fato de que a pequena cidade existe e, como tal, deve ser considerada nos estudos sobre o urbano. Muito embora inicialmente a pequena cidade não fosse objeto de estudo frequente, é necessário entender o papel que tais núcleos urbanos desempenham a fim de compreender a rede urbana em sua totalidade.

Apesar de a teoria das localidades centrais se tratar de um estudo no qual a rede urbana e a importância hierárquica dos centros urbanos fossem determinadas por métodos quantitativos, sem a discussão dos aspectos econômicos e sociais, surge, a partir de então, a necessidade de olhar para as demais cidades da rede urbana, embora tal colocação fosse de fato desenvolvida apenas no último quartel do século XX. No Brasil, as pesquisas que abarcam o tema pequenas cidades tornaram-se gradativamente recorrentes nos últimos dois decênios, embora ainda sejam pouco numerosas em comparação aos estudos acerca das cidades médias, grandes e metrópoles.

No entanto, há alguns esforços temporalmente anteriores com o objetivo de compreender o significado das pequenas cidades quanto a sua gênese e seu papel na rede urbana. Entre eles, Geiger (1963) procurou compreender como surgiram as cidades brasileiras, pensando em uma rede urbana. Embora não tenha discutido propriamente o tamanho das cidades, atrelou sua análise às funções que elas apresentavam, analisando assim o que se poderia considerar funcionalmente como uma cidade. Posteriormente, Berry (1975) atribuiu o tamanho e distribuição das cidades ao respectivo desenvolvimento econômico, com isso, a cidade primaz era aquela na qual se concentravam os serviços e produtos mais específicos. Também o crescimento econômico estaria relacionado à distância que a cidade apresenta da metrópole, portanto, aquelas mais distantes seriam menores e, deste modo, menos desenvolvidas e caracterizadas por baixa renda.

No entanto, cabe pontuar que o método empregado até então quanto ao estudo da rede de cidades considerava a localização como resultado da combinação de variáveis relativas à produção e ao escoamento, bem como custos de transportes. Assim, as cidades dos mais diferentes portes eram estudadas quanto à rede urbana, porém se apresentando como itens de um sistema, no qual os elementos eram analisados de forma meramente quantitativa.

É importante destacarmos os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1966, 1978, 1993, 2007), denominados *Região de influência das cidades* (Regic), que apontaram que há no Brasil uma hierarquia urbana, sendo a pequena cidade o nível mais elementar de núcleo urbano. Essa hierarquia, no entanto,

tem demonstrado que as pequenas cidades podem exercer funções bastante diferentes na rede urbana e, consequentemente, na divisão territorial do trabalho, levando em parte ao interesse pelo estudo destas. Cabe pontuar que os Regics, de forma geral, apresentam lacunas a serem abordadas, uma vez que não abrangem todas as especificidades nas relações entre os núcleos urbanos e, portanto, apresentam a possibilidade de estudos acadêmicos voltados a essa questão.

Entretanto, muitos estudos foram realizados após os primeiros Regics com o intuito de compreender o papel que os diferentes patamares de cidade exerciam na rede urbana. A partir da abordagem teórica de cunho marxista, oriunda da Geografia Crítica, que se tornou predominante nos últimos decênios do século XX, têm-se o estudo das cidades não apenas como meros pontos da rede urbana, pois esta passa a ser entendida como a materialização da divisão territorial do trabalho. Portanto, autores como Corrêa (2004) e Fresca (1993) desenvolveram uma extensa análise teórica quanto ao papel das pequenas cidades na rede urbana, evidenciando que não se pode pensar apenas em um sistema simples de variáveis, uma vez que se mostram determinantes, entre outros fatores, os desdobramentos da globalização econômica que certamente atingem a pequena cidade.

PEQUENAS CIDADES: A DISCUSSÃO QUANTO AO ASPECTO POPULACIONAL

O advento da denominada Geografia Crítica durante as últimas décadas do século XX alterou o enfoque quanto ao estudo das redes urbanas e também das pequenas cidades. A discussão deixa de atrelar-se apenas a modelos e sistemas aleatórios, que não consideravam as mudanças na divisão territorial de trabalho e, por consequência, da globalização. Nessa perspectiva, a Geografia Urbana atual busca identificar as pequenas cidades e analisá-las no contexto da globalização econômica e seus desdobramentos.

Assim, o aspecto populacional surge na perspectiva de compreender uma das supostas características dessas cidades, sendo o ideário da população diminuta presente não apenas no contexto acadêmico, mas também no senso comum. Entretanto, o fator populacional é muito divergente, não existindo consenso, o que torna primordial estabelecer qual o limite populacional mínimo e máximo daquilo que se pode considerar como pequena cidade.

Inicialmente, ao discutir, no âmbito da Geografia Urbana, questões relativas às cidades, deve-se ponderar a diferença quanto ao município, a fim de balizar o objeto de estudo. Nesse sentido, as cidades no Brasil, via de regra, são as sedes administrativas de cada município, importantes principalmente ao pensar a rede urbana enquanto um recorte geográfico, pois se atrela ao papel que as cidades desempenham, considerando seus fluxos populacionais, interações econômicas, produção de bens e serviços, entre outros. O município abrange tanto a sede administrativa, portanto, a cidade, quanto a área rural ao seu entorno, concluindo-se que ambos reunidos evidenciam o que se determina como município.

O Brasil é um país majoritariamente urbano, com 84,36% da população habitando cidades (IBGE, 2010). Para o IBGE, predominam as pequenas cidades, ou seja, aquelas que apresentam população de até 50 mil habitantes, não existindo número mínimo que as caracterize. No entanto, os números usados pelo Instituto quanto ao tamanho populacional das pequenas cidades referem-se ao período hodierno e servem para direcionar as pesquisas de diversos órgãos brasileiros. Embora de modo geral os autores considerem tais números, é sabido que não é possível compreender a realidade meramente por tal aspecto. Isso porque, de acordo com Fresca (2010), uma pequena cidade só poderá ser compreendida se considerarmos o papel que exerce em sua respectiva rede urbana.

Outro indicativo para o tamanho populacional relativo à pequena cidade é oriundo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2000), para o qual as pequenas cidades apresentam menos de 50 mil habitantes. Especificamente, para o Ipea, as pequenas cidades se subdividem em três grupos por tamanho populacional, sendo o primeiro grupo de até 10 mil habitantes, o segundo, de 10 a 20 mil habitantes, e o terceiro de 20 a 50 mil habitantes.

Entretanto, nem todos os autores seguem os números estipulados pelo IBGE e pelo Ipea. Entre eles, Amorim Filho e Serra (2001) consideram o número inferior a 100 mil habitantes caracterizado como pequena cidade, e entre 100 e 500 mil habitantes caracterizaria as cidades médias. Lopes (2009) e Veiga (2002) acreditam que uma pequena cidade não ultrapassa o tamanho populacional de 20 mil habitantes, enquanto Oliveira e Soares (2002), em sua análise sobre o papel desempenhado pelas pequenas cidades no triângulo mineiro, consideram a população entre 2 e 20 mil habitantes como relativas às pequenas cidades.

Para Wanderley (2011), os pequenos municípios seriam aqueles que reúnem população inferior a 20 mil habitantes, evidenciando uma confusão entre o que é cidade e o que é município. Assim, as pequenas cidades estariam atreladas ao “mundo rural”, dos pequenos municípios, considerando que a população rural seria necessariamente predominante, o que obviamente nos parece contestável, uma vez que o IBGE aponta que a maioria dos municípios brasileiros apresenta altas taxas de urbanização.

Para alguns autores, o critério populacional mostra-se suficiente para caracterizar uma pequena cidade. Entre estes estão Assis et al. (2007), para os quais a população inferior a 100 mil habitantes caracteriza uma pequena cidade. Para os autores, o fator populacional seria um indicativo aceitável para compreender uma cidade como pequena, não discutindo suas funções na rede urbana bem como a complexidade econômica que apresentam.

De acordo com Santos (1982), o aspecto populacional não deve ser o único válido para o estudo das pequenas cidades, devido à importância de se compreender a dinâmica das necessidades das populações atreladas a uma especialização que as cidades podem desenvolver. Endlich (2006) também evidencia que o fator populacional é incompleto para identificar uma cidade como pequena, apontando que podem existir inclusive relações hierárquicas entre esses pequenos núcleos urbanos.

Fresca (2010) compreende que, no que tange às pequenas cidades, podem encontrar-se aquelas com um limite mínimo de complexidade nas atividades urbanas e mesmo aquelas com funções urbanas muito complexas. Portanto, para caracterizar uma cidade como pequena é preciso entender sua inserção na rede urbana ou região no contexto socioeconômico, a fim de não igualar cidades com populações análogas que apresentam características sociais e econômicas diferentes. Isto é, deve-se desviar da generalização populacional e também do ideário de que as pequenas cidades teriam como função apenas fornecer bens e serviços básicos à população em dado espaço restrito.

Corrêa (2001) argumenta que a pequena cidade, ou pequeno centro, pode ser mais bem definida em termos do grau de centralidade do que em relação ao tamanho demográfico. O autor considera a pequena cidade como um núcleo de povoamento onde parte da população trabalha em atividades ligadas à transformação, circulação de mercadorias e prestação de serviços, apresentando até 50 mil habitantes. De tal forma, o autor pressupõe que a pequena cidade apresenta uma elementar divisão territorial do trabalho e que, portanto, não pode ser estudada de forma dissociada da rede urbana.

CIDADES LOCAIS: UMA BREVE REFLEXÃO DO SIGNIFICADO TEÓRICO

De acordo com Santos (1982), a maioria dos estudos urbanos em países subdesenvolvidos estavam atrelados às grandes metrópoles, sobretudo ao fenômeno da macrocefalia urbana, inexistindo a preocupação com a compreensão da pequena cidade. Em realidade, o autor entendia que as pequenas cidades eram percebidas somente quanto ao aspecto numérico, ou seja, em relação à quantidade de moradores que as habitavam, logo, não sendo avaliadas quanto às funções que apresentavam.

Assim, o autor preocupou-se mormente com o aspecto qualitativo da análise das pequenas cidades, diferenciando pequena cidade de cidade local (SANTOS, 1982). Para tal, criou uma hierarquia urbana na qual constavam as cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. A hierarquia explicitada apresentava tendência piramidal, na qual, em busca de determinados bens e serviços, as cidades recorreriam àquelas que apresentassem níveis hierárquicos superiores. Nessa perspectiva, as cidades locais seriam os núcleos menos complexos do ponto de vista funcional.

Dessa maneira, as cidades locais seriam aqueles núcleos urbanos destinados apenas a atender a demandas mínimas, enquanto as pequenas cidades poderiam desempenhar atividades que sobrepõem o local, no caso, por exemplo, das especializações funcionais, tratadas, entre outros autores, por Veiga (2007). Portanto, a cidade local de Milton Santos (1982) reflete aquele ambiente urbano que atende apenas a demandas mínimas, enquanto a pequena cidade pode apresentar uma grande gama de variedades quanto a sua composição social e econômica, podendo ser mais ou menos complexa do ponto de vista funcional na rede urbana. De tal modo, surgem discussões que interrogam o que de fato é uma cidade local, considerando se a cidade apresenta uma complexidade mínima³, oriunda da divisão territorial do trabalho.

3 Outro fato importante exposto pelo autor citado (SANTOS, 1982) é a falta de complexidade mínima de atividades que algumas cidades apresentam, as quais poderiam ser denominadas, segundo o autor, como pseudocidades, não atrelando apenas ao fator populacional. Porém, por ser uma temática bastante restritiva, caberia uma pesquisa direcionada a tal conotação conceitual.

Acerca desse aspecto apontado por Santos (1982), Endlich (2009) apontou a relevância do estudo dos núcleos urbanos diminutos, aqueles que se encontram no limiar entre o rural e o urbano, uma vez que tais cidades não apresentam, em geral, equipamentos que atendam às necessidades mínimas da população. Tais núcleos urbanos, embora possam ser considerados como centros locais, também são pequenas cidades e, portanto, cabe a reflexão quanto ao limiar entre o que é rural e urbano, outro aspecto bastante caro para aqueles pesquisadores que se dedicam ao estudo das pequenas cidades.

CONCLUSÃO

No Brasil, a Geografia não apresentou inicialmente estudos que abarcassem as pequenas cidades quanto à discussão de seu papel na rede urbana e suas funcionalidades. O crescente interesse pela compreensão desse tipo de cidade data do último quartel do século XX, sendo resultante da complexificação do processo de acumulação capitalista e seus desdobramentos, revelados nas mudanças na divisão territorial do trabalho.

A discussão acerca do porte populacional que as pequenas cidades apresentam, quanto ao limiar mínimo e máximo, expõe divergências, uma vez que a discussão teórica sobre esse tipo de cidade ainda é recente, e o aporte metodológico para seu estudo se encontra em discussão. Por outro lado, o aspecto populacional não é um critério exclusivo para a definição de uma pequena cidade, embora seja um indicativo, já que a pequena cidade é, em realidade, uma pequena sede municipal com população diminuta e tamanho territorial pequeno.

Entende-se que apenas o critério populacional é incompleto para compreender o que é uma pequena cidade, porém é um dos aspectos consideráveis nessa questão, e por isso se fundamentou a presente discussão. Em realidade, o porte demográfico de uma cidade é considerado por muitos estudiosos o ponto de partida para estudá-la.

Ao consultar artigos e demais trabalhos acadêmicos que versam sobre a pequena cidade, observaram-se números variáveis para a compreensão do que é uma pequena cidade. De maneira geral, os autores seguem o estipulado pelo IBGE, sendo o máximo de 50 mil habitantes, embora existam casos bastante discordantes. Consideramos importante não apenas estabelecer o tamanho populacional da pequena cidade, mas também

entendê-la como um elemento da rede urbana, uma vez que cidades com o mesmo tamanho demográfico podem apresentar papéis diferentes no caso de redes urbanas distintas.

Parece-nos, dessa maneira, plausível considerar como pequena cidade aquelas que apresentam populações de até 50 mil habitantes e, ao pensar em tais números, concluiremos que a maioria das cidades brasileiras se enquadram nessa categoria. Destarte, mostram-se imprescindíveis estudos que abarquem as pequenas cidades, uma vez que são parte da rede urbana e necessárias para sua compreensão completa.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. p. 1-34.

ASSIS, L. F.; ARAÚJO, F. F.; GOMES, M. F. A terciarização na cidade média de Sobral e suas influências nas cidades pequenas de Cariré e Varjota – CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 8-9, n. 1, p. 123-140, 2007.

BERRY, B. **Geografia de los centros de mercado y distribución al por menor**. Barcelona: Vicens Vivers, 1971.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall: Englewood Cliffs, 1966.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 43-53, 1999.

CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 65-78. jan./jun. 2004.

ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

- ENDLICH, Â. M.; ROCHA, M. M. (org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.
- FRESCA, T. O papel das pequenas cidades na rede urbana do Oeste Paulista. *In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*, 4., 1993, Merida. **Anais** [...]. Merida: Faculdade de Los Andes, 1993. p. 181-190.
- FRESCA, T. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Revista Mercator**, Fortaleza, n. esp., p. 75-81, 2010.
- GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência de cidades**: 1966. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência de cidades**: 1973. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência de cidades**: 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência de cidades**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil**. Brasília, DF: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: Unicamp, 2000. (Coleção Pesquisa 3v.).
- LENCIONE, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.
- LOPES, D. M. F. Cidades: conceitos, processos e história. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 19, n. 2, p. 395-412, jul./set. 2009.
- OLIVEIRA, B. S.; SOARES, B. R. Cidades locais do triângulo mineiro e Alto Parnaíba/MG. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 52-72, 2002.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SOARES, B. B. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais-MG. *In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). Cidades médias: espaços de transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.
- TOMIO, F. R. L. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 61-89, 2002.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Edusp, 2002.
- VEIGA, L. A. **Jaguapitã-PR**: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas de bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. **Revista Nordeste**: regionalismo e inserção global, Heredia, v. 1, n. 1, p. 05-32, 2001. Disponível em: <http://bit.ly/39qLJVM>. Acesso em: 1 ago. 2017.

Potencial ecoturístico de paisagens simbólicas em territórios protegidos: reflexões a partir da Área de Proteção Ambiental da Região de Maracanã, São Luís – MA, Brasil

Ecotourism potential of symbolic landscapes in protected territories: reflections on the Environmental Protection Area of the Maracanã Region, São Luís – MA, Brasil

FABIANA PEREIRA CORREIA^a

LUCIENE CRISTINA RISSO^b

^a Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Rio Claro.
E-mail: amopachamama@gmail.com

^b Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Ourinhos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, campus de Rio Claro.
E-mail: rissoluciene@gmail.com

Este artigo expõe parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro. A pesquisa está sendo realizada desde 2017 e, desde abril de 2018, recebe fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão. A problemática vincula-se ao campo da Geografia Humanista-Cultural Fenomenológica. O problema é relevante na medida em que considera o simbolismo das paisagens enquanto fator capaz de ampliar perspectivas relacionadas à conservação da natureza, tendo em vista o ecoturismo. O principal objetivo é refletir sobre o potencial ecoturístico de paisagens simbólicas em territórios protegidos, partindo da realidade da Área de Proteção Ambiental (APA) da Região de Maracanã. Os resultados foram obtidos através de levantamento bibliográfico, elaboração e aplicação de entrevistas semiestruturadas, participação em eventos nas comunidades e registro fotográfico. Conclui-se que paisagens simbólicas constituem fatores relevantes para o ecoturismo em territórios protegidos, especialmente em APAs, cujas principais características dizem respeito às relações diretas entre os humanos e as paisagens às quais suas vivências estão vinculadas.

Palavras-chave: geografia humanista-cultural, paisagem, ecoturismo, conservação.

This article originates from part of the results of a doctorate research linked to the Geography Graduate Program of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Rio Claro campus. The research has been developed since 2017 and, since 2018, has been funded by the Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema). The investigation is related to the field of the phenomenological Cultural-Humanistic Geography. The problem analyzed here is relevant insofar as it considers the symbolism of landscapes as a factor capable of expanding perspectives related to the conservation of nature, in view of ecotourism. The main goal is to reflect upon the ecotouristic potential of symbolic landscapes in protected territories based on the reality of the Environmental Protection Area (EPA) of the Maracanã Region. The results were obtained through a bibliographical compilation, preparation and application of semi structured interviews, participation in community events, and photographic registration. Symbolic landscapes are shown to be relevant factors for ecotourism in protected territories, especially APAs, whose main characteristics are associated with the direct relations between humans and the landscapes to which their experiences are connected.

Keywords: cultural-humanistic geography, landscape, ecotourism, conservation.

INTRODUÇÃO

Paisagem, uma das categorias-chave da Geografia, pode ser interpretada enquanto unidade integrada de elementos naturais e culturais (materiais e imateriais) característicos de determinada porção do espaço geográfico. Seus aspectos culturais são intrinsecamente vinculados à vivência humana na Terra, que inclui a dimensão simbólica, bem como ao trabalho que indivíduos e grupos executam para adaptar os sistemas ambientais às suas necessidades e vontades.

Nos estudos geográficos sobre a paisagem, destaca-se a abordagem cultural, uma das matrizes da Geografia Humanista. No âmbito dessa perspectiva teórico-metodológica, situa-se a linha de pensamento representada por Denis Cosgrove (1998, 2004), que investiga a paisagem como ente geográfico essencialmente simbólico, resultado da produção social, cujas formas e características refletem ideologias. Assim, as paisagens são entes impregnados de significados e, portanto, “contam histórias” acerca dos lugares que integram. Aos elementos da paisagem e a ela própria são atribuídos significados humanos, o que lhes confere identidade simbólica.

Sob esse viés, o presente artigo enfatiza a paisagem simbólica¹ enquanto fator potencialmente relevante ao desenvolvimento do ecoturismo em territórios protegidos, tendo em vista a realidade da Área de Proteção Ambiental (APA) da Região de Maracanã, localizada na zona rural do município de São Luís, capital do estado do Maranhão. Dentre as paisagens simbólicas da APA, destaca-se a associada ao Bumba-meu-Boi do Maracanã, manifestação da cultura popular integrante do Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão, bem como a associada ao Tambor de Crioula do Maranhão, ambos registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônios culturais imateriais do Brasil.

Cumprir notar que no decreto de criação da APA há destaque para o ecoturismo, o valor cultural e histórico da região, a relevância das manifestações populares e a salvaguarda do patrimônio natural e cultural. Assim, os sistemas ambientais, em que se destacam

a fauna; os corpos hídricos; as áreas de preservação permanente (APP); as áreas construídas; as manifestações culturais, dentre as quais a Festa da Juçara, a Festa de Santos Reis, as Ladainhas, o Bumba-meu-Boi do Maracanã e o Tambor de Crioula, constituem elementos-chave nas paisagens simbólicas da APA, realidade positiva quando se pretende desenvolver o ecoturismo no território protegido.

O ecoturismo situa-se entre as possibilidades de redução dos impactos negativos da economia humana sobre os sistemas ambientais, portanto se destaca como atividade econômica relevante quando se atenta à urgente necessidade de conservação da natureza. Não se pode negar que o setor integra o rol das estratégias utilizadas na reprodução do capital; entretanto, convém lembrar que os princípios do ecoturismo são orientados pelo reconhecimento de que a sustentabilidade ambiental é imprescindível à manutenção da vida na Terra. Também cabe lembrar que, além dos benefícios ambientais, o ecoturismo representa a possibilidade de inclusão social.

Aprender o simbolismo da paisagem em território protegido, considerando seu potencial ecoturístico, se justifica pela oportunidade de suscitar reflexões e ações, tanto do Poder Público quanto da sociedade civil, acerca dos possíveis benefícios oriundos da articulação entre esses três aspectos fundamentais da contemporaneidade: paisagem, ecoturismo e conservação da natureza.

No intuito de facilitar a leitura, o texto foi organizado em tópicos, os quais detalham os objetivos da abordagem, a metodologia utilizada, a fundamentação teórica e os resultados alcançados.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta abordagem é refletir acerca do potencial ecoturístico de paisagens simbólicas no contexto de territórios protegidos. Como desdobramento desse objetivo, busca-se: contribuir com a ampliação de conhecimento acerca dos aspectos simbólicos das paisagens da APA da Região de Maracanã; chamar atenção para a relevância da apreensão do simbolismo das paisagens no desenvolvimento do ecoturismo na APA; propor que as paisagens simbólicas da APA sejam reconhecidas pelo Poder Público e pela coletividade como patrimônios culturais.

1 Coadunando com as ideias expressas pelo referencial teórico, entende-se que toda paisagem é essencialmente simbólica. A opção pela adjetivação justifica-se pela necessidade de ratificar essa característica das paisagens.

METODOLOGIA

Considerando a especificidade da abordagem, as orientações de Cosgrove (2004, p. 103) serviram de guia para a metodologia adotada: “revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, representar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos”.

A consecução dos resultados foi possível por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e revisão bibliográfica, elaboração e aplicação de entrevistas semiestruturadas, participação em eventos nas comunidades e registro fotográfico em smartphone.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Paisagem, essência geográfica do mundo simbólico

Paisagem, assim como outras palavras criadas pelo ser humano para designar componentes do mundo, pode ser interpretada sob diversos pontos de vista, tendo destaque os significados que a vinculam à Arte e à Geografia. Na história da Geografia, Mendonça (2001, p. 46) lembra que “a noção de paisagem originou-se com os geógrafos alemães no século XIX e o seu conceito é de natureza sobretudo fisionômica”.

Para Cosgrove (1998, p. 1), a paisagem transcende aspectos fisionômicos; ela representa um modo de ver: “*the landscape idea represents a way of seeing*”. O autor ratifica seu posicionamento ao afirmar que “a paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (COSGROVE, 2004, p. 98).

Estudos acerca das paisagens geralmente evidenciam que elas consistem em unidades compostas por diversos elementos, podendo inclusive ser subdivididas. Entretanto, ao apreendê-las sob a perspectiva geográfica, “estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque nós somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos” (SAUER, 2004, p. 29).

Parte-se do pressuposto de que “todas as paisagens são simbólicas” (RAPOPORT, 1982 apud COSGROVE, 2004, p. 106) e “possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do [...] ambiente pelo homem” (COSGROVE, 2004, p. 108). No mesmo sentido,

Sautter (1979 apud BONNEMAISON, 2002) indica que a paisagem é, simultaneamente, prolongamento e reflexo de uma sociedade.

Autores como Nogué (2016) apreendem a paisagem enquanto construção social que vai além daquilo que os olhos conseguem enxergar; portanto, chamam atenção para o seu simbolismo. Sob esse ponto de vista, ratifica-se que as paisagens são compostas por lugares: “centros de significados e [...] símbolos que expressam pensamentos, ideias e emoções” (NOGUÉ, 2016, p. 12). Ao discorrer sobre paisagem, Besse (2014, p. 79) esclarece: “a paisagem é da ordem do sentir. Ela é participação e prolongamento de uma atmosfera, de uma ambiência”.

As considerações de Bertrand (2004) auxiliam na compreensão do que se entende por paisagem, considerando sua dimensão cultural, a qual vai ao encontro da concepção defendida por Cosgrove (1998, 2004).

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em [...] determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 141)

No mesmo sentido conflui o pensamento de Mendonça (2001, p. 47), especialmente ao afirmar que a ideia de paisagem desenvolvida principalmente pelos alemães (*landschaft*) “não é entendida somente como o meio natural ou os aspectos físicos do planeta, mas também incorpora o homem através de suas ações ao seu conjunto de elementos”. Assim, a afirmação conduz à ratificação do caráter cultural, portanto simbólico, da paisagem, essa parcela significativa do espaço geográfico.

Cosgrove (2004) chama atenção para a relevância da obra de Carl Sauer, tendo em vista que sua base teórica originou uma escola de geografia da paisagem (escola de Berkeley), cuja ênfase recai sobre o papel do homem na transformação da face da Terra. Ao pensar na paisagem enquanto entidade cujo cerne se origina do “entrelaçamento” entre os seres humanos e o planeta, é possível perceber, conforme Cosgrove (2004, p. 120-121), que ela “está repleta de símbolos [...] e de seu significado simbólico”.

Berque (2004, p. 84, grifo do autor) defende que a paisagem é, simultaneamente, marca e matriz: “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção,

de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”.

Tendo em vista a interpretação cultural da paisagem, entende-se cultura como “sistema de representação simbólica [...] uma ‘visão de mundo’” (BONNEMAISON, 2002, p. 86). Na mesma obra, o autor reforça a ideia de que o contato entre uma sociedade e suas paisagens está repleto de afetividade, exprimindo uma relação cultural.

Holzer (1997, p. 81) destaca que o termo paisagem permite à Geografia “colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia”. Sob o mesmo viés, Corrêa e Rosendahl (2004) afirmam que a paisagem pode ser vista como expressão humana intencional constituída por muitas camadas de significação. A assertiva ratifica a dimensão simbólica da paisagem, deixando clara a centralidade da cultura na “leitura” e compreensão dessa parcela significativa do espaço geográfico.

Ao refletir sobre o sentido simbólico da paisagem, Risso (2008, p. 72-73) reforça que ela tem um significado para cada pessoa ou grupo, pois “as pessoas atribuem valores e significados diferentes às suas paisagens, traduzidos em sentimentos de enraizamento ou desapego aos lugares”. O posicionamento da autora ratifica a necessidade de enfoques capazes de contribuir com a valorização dos aspectos simbólicos inerentes às relações entre comunidades tradicionais e paisagens.

Outro autor cujas ideias coadunam com o âmago desta abordagem é Dardel. Para ele, a paisagem é “muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos [...] é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’, que une todos os elementos” (DARDEL, 2015, p. 30). Essa maneira de ver a paisagem reforça a ideia de que ela expressa essências humanas que extrapolam o que está ao alcance limitado do sentido da visão.

Nos últimos anos, como afirma Mitchell (2003 apud WYLIE, 2007, p. 191), talvez o foco mais forte das pesquisas sobre paisagem a apreenda enquanto concretização e fabricante da memória, fator que reforça a pertinência da consideração de seus aspectos simbólicos.

Ao sabor das marés da (in) sustentabilidade, a conservação da natureza

No bojo de uma crise ambiental sem precedentes na história humana, emergiram iniciativas pautadas pela necessidade de proteger a natureza das ações antrópicas

que ameaçam a vida na Terra. Ao se reportarem a essa crise, Lieber e Romano-Lieber (2014, p. 765) interpretam-na enquanto crise de sentido, visto que as ameaças à vida “não vêm de forças tectônicas incontrolláveis, nem mesmo de meteoros errantes, mas sim, pura e simplesmente, da prática de racionalidade humana”.

No Ocidente, articulações de movimentos sociais em prol da problemática ambiental ganharam maior visibilidade mundial a partir da década de 1960, época em que o livro de Carson (2010) emergiu como um alerta em relação às consequências desastrosas da economia global de mercado sobre os sistemas ambientais.

No âmbito das discussões sobre sustentabilidade ambiental, enfatizou-se a necessidade de implementação de políticas públicas de conservação da natureza. Assim, segundo Brito (2003, p. 27), na década de 1970 “o mundo conheceu uma impressionante expansão do estabelecimento de áreas protegidas: 1.300 novos parques foram criados”.

Quando se fala em gestão de áreas protegidas, convém atentar para o fato de que ela não pode ficar restrita à dimensão ambiental. Apreendê-las apenas sob esse aspecto tende a inviabilizar o alcance de seus objetivos. Nesse sentido, concorda-se com Medeiros (2003 apud MEDEIROS, 2014, p. 9), cuja definição de áreas protegidas deixa clara sua dimensão cultural: “são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais, a elas associados”.

No Brasil, a maior parte das áreas protegidas integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000 e regulamentado pelo Decreto 4.340/2002, a exemplo da categoria denominada APA. Em termos gerais, Brasil (2000) entende conservação como manejo humano da natureza, capaz de garantir a sobrevivência dos seres vivos. Segundo o SNUC, APA é

uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000)

A existência de legislação específica sobre conservação da natureza é relevante para o país; entretanto, não garante, por si só, a efetividade da gestão das áreas

protegidas. Há inúmeros desafios e contradições em torno da sustentabilidade das unidades de conservação (UC) – “resultado da sobreposição de múltiplas territorialidades” (COELHO et al., 2009, p. 69) –, dentre os quais se destacam os inerentes ao uso de seus territórios e de tudo que os integra. Sobre essa questão, Diegues (1993, p. 3) assevera:

parques e reservas criados no Brasil seguem o modelo dos Estados Unidos em que, ainda em meados do século XIX existiam grandes extensões de áreas desabitadas. No Brasil, no entanto, as chamadas “áreas naturais” não são vazias, mas habitadas por povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos, caiçaras que, por lei, são desalojados de seus territórios ancestrais ao serem decretados parques ou reservas.

Ecoturismo, uma semente no turbilhão do consumo voraz dos lugares

O turismo é um dos setores da economia que mais cresce em nível global, sendo o ecoturismo um segmento que se destaca por ter seus princípios orientados pela sustentabilidade socioambiental. Dentre seus princípios se destaca “a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais” (BRASIL, 2010, p. 11). Potencialidades sociais e ambientais do segmento podem ser depreendidas na concepção do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur):

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994, p. 19)

Coadunando com o conceito supracitado, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1999) indica que o turismo sustentável – que pode ser entendido como sinônimo de ecoturismo – é desenvolvido com base na manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas ambientais de suporte à vida. No mesmo sentido, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (THE INTERNATIONAL ECOTURISM SOCIETY, 2018) o define como “*responsible travel to natural areas that conserves the environment and improves the well-being of local people*”.

Convém destacar que, no Brasil, o setor passou a ter maior expressão e visibilidade a partir da

Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), evento internacional realizado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992, cuja importância para a ampliação das lutas pela sustentabilidade socioambiental é inquestionável. Dentre os desdobramentos da Eco-92, cita-se a Agenda 21, documento cujos países signatários se comprometeram a minimizar ao máximo, durante o século XXI, os impactos ambientais decorrentes de suas economias; no contexto, o ecoturismo é recomendado como atividade propícia ao alcance da meta.

Quando concebido e estruturado sob a égide da ética, o ecoturismo possibilita aliar a geração de renda à melhoria da qualidade ambiental. Ademais, por suas peculiaridades, o segmento favorece a realização de atividades relacionadas à educação ambiental, fator relevante no que tange à consecução dos objetivos de conservação da natureza. Assim como as demais atividades econômicas, o ecoturismo deve estar de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988): “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2016).

A importância do ecoturismo enquanto estratégia de conservação da natureza é reconhecida no artigo 13 da Lei Federal nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. No contexto, a atividade, que deve ser incentivada pelo Poder Público, é concebida como algo relevante à “sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Nos termos apresentados, entende-se que o ecoturismo pode contribuir para a conservação da natureza e melhoria da qualidade de vida das populações locais, sobretudo por se basear na ideia de impacto ambiental mínimo, bem como na distribuição e participação igualitária das populações envolvidas no que tange aos benefícios socioeconômicos (MORAES; IRVING, 2013). Cumpre enfatizar: para que seja, de fato, capaz de proporcionar resultados positivos no âmbito da conservação da natureza, a atividade deve ser adequadamente planejada, organizada e adaptada à realidade dos lugares em que será realizada.

RESULTADOS

Na trilha dos significados, o encontro com paisagens simbólicas da APA da Região de Maracanã

A APA da Região de Maracanã é uma UC maranhense criada por meio do Decreto Estadual nº 12.103/1991. Localizada na porção central da Ilha do Maranhão, no município de São Luís, seu território possui características amazônicas. Segundo Farias Filho (2010), sua vegetação constitui-se de espécies vinculadas aos ecossistemas de várzeas (juçarais e buritizais), matas de sítio – onde se destacam árvores frutíferas – e, nas terras altas, espécies típicas de florestas secundárias, a exemplo dos babaquais.

Alguns fragmentos florestais da APA são utilizados como trilhas ecológicas, fato que chama atenção para seu potencial ecoturístico. Ademais, conforme Reis et al. (2011, p. 16), “a cultura maracanaense é muito rica”, composta por manifestações populares que se estendem ao longo do ano, a exemplo da Festa da Juçara, do Bumba-meu-Boi de Maracanã, do Tambor de Crioula e do Festejo de Santos Reis.

Além das manifestações mencionadas, Silva (2003) se reporta aos Festejos de Santo Antônio, São Sebastião e São Cosme e Damião, os quais também integram a identidade das comunidades tradicionais locais. Em sua abordagem, a autora apresenta pontos que auxiliam na

compreensão da dimensão cultural das comunidades Maracanã e Alegria:

A Festa da Juçara é uma festa tradicional, cultural e artística, que tem por finalidade reunir pessoas [...] para acompanharem e saborearem os produtos derivados da Juçara. [...] O Bumba-meu-Boi é a segunda maior tradição que existe na comunidade de Maracanã, uma vez que os moradores participam de forma bastante descontrainda, pois o seu sotaque de matraca e o som forte de seus pandeirões que arrastam multidões pelas ruas de São Luís é o que denomina este Bumba-meu-Boi como “batalhão pesado”, cujo ritmo quente mexe com todo o público que acompanha a festa. [...] A Festa de Santos Reis é celebrada há mais de 60 anos com a finalidade de homenagear o nascimento de Jesus Cristo. [...] Os festejos de São Sebastião e Santo Antônio são realizados na capela de Santo Antônio, que fica na praça principal da localidade Alegria-Maracanã. (SILVA, 2003, p. 29-30)

A paisagem do barracão do Bumba-meu-Boi de Maracanã (figura 1), localizado na comunidade Maracanã, representa a força de uma das expressões populares mais conhecidas da região e do Maranhão, o Bumba-meu-Boi de Maracanã. Popularmente conhecida como Boi do Maracanã, essa manifestação cultural tem suas raízes ligadas às populações tradicionais negras que vivem há séculos no território. Ela constitui fenômeno de caráter sagrado e festivo.

Figura 1 – Paisagem do barracão do Bumba-meu-Boi do Maracanã (A), com destaque para o interior do barracão e seu patrimônio cultural (B).



Fonte: Arquivos de pesquisa (2018).

Essa paisagem tem seu simbolismo fortemente ligado ao mestre da cultura popular “Humberto do Maracanã, o Guriatã”, como é carinhosamente conhecido Humberto Barbosa Mendes, personalidade que cumpriu o papel de amo, cantor e compositor das toadas do Boi por mais de 40 anos. O mestre faleceu no dia 19 de janeiro de 2015, aos 75 anos, mas seu legado para a cultura popular maranhense e para as comunidades da região de Maracanã permanece vivo na paisagem, na memória e no coração de seu povo. O excerto abaixo reflete um pouco do significado do Mestre Humberto para a cultura popular maranhense:

Nascido em 1939, Humberto Barbosa Mendes tem o hábito do boi desde menino. Figura emblemática, iniciou-se como compositor e intérprete de toadas aos 12 anos de idade. Aos 34, tornou-se Cantador Humberto do Maracanã. Hoje é reconhecido pelo Ministério da Cultura como Mestre em Cultura Popular e um dos maiores divulgadores da tradição musical maranhense [...] Cantador Humberto é o Guriatã, porta-voz do boi, sinônimo do lugar. A lira do cantor é seu maracá de prata. A toada nasce na boca do amo e cresce forte no batalhão, gigante como as árvores do quintal. (PAULA, 2010)

No barracão, sede do Bumba-meu-Boi, acontecem atividades atinentes tanto à sua administração quanto às festividades e rituais ligados à religiosidade, aspecto marcante na vivência das pessoas que integram aquelas comunidades. A paisagem em que a sede do Boi ocupa lugar central simboliza as raízes e matrizes vinculadas à fé religiosa e seus laços fortes relacionados às festividades da realidade geográfica do Maracanã e das comunidades tradicionais filiadas àquela cultura. No entorno imediato do barracão se localizam algumas casas, pertencentes a familiares do Mestre Humberto, bem como uma escola pública e uma área verde ampla, composta por espécies nativas, onde Humberto se recolhia para meditar e buscar inspiração para compor as toadas do Boi.

A paisagem do Parque da Juçara (figura 2) possui significados ligados ao fruto da palmeira (*Euterpe oleracea* Mart.), a juçara, símbolo da região de Maracanã. A estrutura do referido parque destaca-se enquanto elemento central na paisagem, localizada na comunidade de Alegria. Simbolicamente, essa paisagem representa geograficidade² ligadas a uma das mais expressivas manifestações culturais daquela realidade geográfica: a Festa da Juçara.

Figura 2 – Paisagem do Parque da Juçara (A), com destaque para a 49ª Festa da Juçara (B).



Fonte: Arquivos de pesquisa (2018).

No Parque da Juçara acontecem diversas ações comunitárias ao longo do ano, como atividades físicas e festas.

² De acordo com Dardel (2015), geograficidade diz respeito aos vínculos profundos entre o homem e a terra.

Cumpra-se notar que o parque também simboliza poder político, haja vista sua utilização por instituições sociais que tomam decisões relevantes às comunidades que o circundam, a exemplo da Associação dos Amigos do Parque da Juçara e do Conselho Consultivo da APA do Maracanã (Conam).

Ao longo do ano, as barracas do Parque da Juçara são utilizadas principalmente como bares, restaurantes e lanchonetes comuns. Durante a Festa da Juçara, que acontece aos domingos do mês de outubro, a quantidade de pessoas ali aumenta significativamente e as barracas cumprem a função de pontos de degustação da gastronomia local. A movimentação nesse período gira em torno da comercialização da juçara e de seus derivados, especialmente o vinho da fruta, que em geral é servido

gelado, acompanhado de camarão seco salgado, farinha grossa de mandioca (farinha d'água) e açúcar.

Paisagens dos brejos e juçarais (figura 3) simbolizam aquilo que as comunidades tradicionais da APA têm de mais significativo em relação aos lugares onde habitam. Todas as pessoas entrevistadas se reportam a esses sistemas ambientais enquanto elementos fundamentais à qualidade ambiental local. Ademais, fazem questão de enfatizar que os brejos e os juçarais dão vida ao Maracanã.

Figura 3 – Paisagem dos brejos e juçarais



Fonte: Arquivos de pesquisa (2018).

Um dos lugares onde ainda é possível apreciar os brejos e juçarais do Maracanã é o Bosque Ecológico do Cesco, mantido pelo Centro Educacional “Sagrados Corações” (Cesco), escola comunitária localizada na comunidade Alegria, cuja representante, a professora Maria Carminda Arruda Guimarães, se destaca enquanto liderança local engajada na luta pela conservação da natureza do Maracanã.

Algo muito significativo na APA do Maracanã diz respeito às paisagens do sincretismo religioso e dos festejos a ele associados. Dentre as religiões mais expressivas se encontra a umbanda, âmbito em que se realiza, por exemplo, o festejo do encantado³ Manezinho Légua Boji Buá, com participação das rezadeiras católicas, que rezam uma ladainha no início da celebração (figura 4).

O Festejo de Santos Reis ocorre sempre no mês de janeiro, entre os dias 5 e 6. Existem três grandes festas de Reis no Maracanã: Reis das Nuvens, Reis da Sempre Viva e Reis do Alecrim. A festa dos Reis das Nuvens (figura 5) é realizada no sítio da família da líder comunitária Flávia de Sá, situado à rua Menino Jesus, na comunidade Alegria. A paisagem constitui-se de elementos da umbanda e do catolicismo.

No sítio dos Reis das Nuvens, a família realiza, no dia 20 de novembro (Dia Nacional da Umbanda), uma Roda de Tambor de Crioula (figura 6) em homenagem a São Benedito (santo católico) e a entidades da umbanda, como Preto Velho. Geralmente iniciadas nas comunidades locais por meio de uma ladainha, manifestações culturais como essa são realizadas para pagar promessas por graças alcançadas. A beleza dos ritos e da dança impressiona, assim como a alegria e gentileza dos anfitriões ao acolher as pessoas que chegam para participar.

3 Encantados são seres mais que humanos que, no passado, foram pessoas. Sua mudança de estatuto aconteceu diante do seu desaparecimento (sem morte), momento em que se encantaram, passando a viver em um entre mundo de localização não exata chamado de Encantaria (AHLERT, 2016, p. 1).

Figura 4 – Paisagem do sincretismo religioso, com destaque para o festejo do encantado Manezinho Légua Boji Buá, na Casa Remanescente da Luz



Fonte: Arquivos de pesquisa (2018).

Figura 5 – Paisagem do Festejo de Reis, durante a Festa do Rei das Nuvens



Fonte: Arquivos de pesquisa (2018).

Figura 6 – Paisagem do Tambor de Crioula, no sítio do Reis das Nuvens



Fonte: Arquivos de pesquisa (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos foi possível evidenciar a existência de paisagens simbólicas relevantes para o desenvolvimento do ecoturismo na APA do Maracanã. Adentrar o mundo dos significados das paisagens pode ser extremamente interessante quando se pretende realizar atividades como o ecoturismo.

Por se tratar de uma APA, tipo de área protegida onde é permitido o uso direto de recursos naturais – desde que cumpridas as exigências da legislação e dos documentos técnicos que direcionam a gestão da UC, como o Plano de Manejo –, o ecoturismo pode ser visto enquanto possibilidade de compatibilização entre geração de renda, inclusão social e os objetivos da UC.

A articulação entre as diversas dimensões que compõem o universo da APA do Maracanã, especialmente os atinentes aos seus atributos naturais e culturais, integrantes das paisagens simbólicas, constitui importante estratégia voltada para o reconhecimento e valorização das potencialidades ecoturísticas dos lugares que integram o território em questão.

Ao longo da aplicação das entrevistas e dos diálogos informais durante os eventos nas comunidades, foi possível perceber o desejo de que a região de Maracanã seja alvo de políticas públicas capazes de melhorar as condições de vida das pessoas que vivem ali, assim como proteger os sistemas ambientais locais. Este anseio é passível de ser transformado em realidade, tão logo haja interesse do Poder Público em incentivar e fomentar, por exemplo, o aproveitamento do potencial ecoturístico das paisagens simbólicas da APA do Maracanã.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas e instituições que têm contribuído para a realização da pesquisa de que trata este artigo, especialmente: às comunidades da APA da Região de Maracanã, representadas pelas senhoras Flávia de Sá e Odelina Ferraz e pelo senhor Fábio Marlos de Sá, à Universidade Federal do Maranhão, à Universidade Estadual Paulista, à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, ao Conam, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Maranhão e ao Cesco.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, M. “A família de Légua tá toda na eira”: tramas de parentesco nas relações entre pessoas e encantados. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 30., 2016, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: Abant, 2016. p. 1-13. Disponível em: <http://bit.ly/2TE6gR1>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 84-91.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. **RA’EGA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004.
- BESSE, J-M. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. Tradução: Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Coleção Estudos, 230).
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: um século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 88-131.
- BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Coordenação: Silvio Magalhães Barros e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília, DF: Embratur, 1994.
- BRASIL Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, ano 111, n. 79, p. 1, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1º, inciso I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 19 jul. 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 2016, Senado Federal.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagem da Geografia e da Ecologia Política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.). **Unidades de conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 7-11.

COSGROVE, D. E. **Social formation and symbolic landscape**. 2. ed. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

COSGROVE, D. E. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. Tradução: Olivia B. Lima da Silva. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-123.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução: Werther Holzer. São Paulo. Perspectiva, 2015.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em unidades de conservação**: o mito da natureza intocada. São Paulo: USP, 1993. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, 1).

FARIAS FILHO, M. S. Caracterização geoambiental da Área de Proteção Ambiental da Região de Maracanã, São Luís-MA. In: FORTES, R. (org.). Área de Proteção Ambiental do Maracanã: subsídios ao manejo e à educação ambiental. São Luís: FAPEMA: Café & Lápis, 2010. p. 15-39.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **TERRITÓRIO**, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. A sustentabilidade é sustentável? Educando com o conceito de risco. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2.ed. Barueri: Manole, 2014. p. 765-786. (Coleção Ambiental, v. 14).

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. In: LIMA, G. S.; ALMEIDA, M. P.; RIBEIRO, G. A. (org.). **Manejo e conservação de áreas protegidas**. Viçosa: UFV, 2014. p. 9-39.

MENDONÇA, F. **Geografia física**: ciência humana? 7. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Repensando a Geografia).

MORAES, E. A.; IRVING, M. A. Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 738-757, ago./out. 2013.

NOGUÉ, J. (ed.). **La construcción social del paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago do Chile: OMT, 1999.

PAULA, J. Vida de cantador: Humberto do Maracanã. **Cultura Brasil**, São Paulo, 22 jun. 2010. Veredas. Disponível em: <http://bit.ly/2Q5WN2N>. Acesso em: 16 dez. 2018.

REIS, R. J.; GALVÃO, A. A. S.; SOARES, J. M. S. **Cartilha da APA do Maracanã**. São Luís: Eduema, 2011.

RISSO, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, jan./jun. 2008.

SAUER, O. C. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 12-74.

SILVA, L. L. **A importância sócio-ambiental da Festa da Juçara para a comunidade de Maracanã, São Luís – MA**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **TIES announces ecotourism principles revision**. Washington, DC: TIES, 7 jan. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2xaWE7H>. Acesso em: 27 set. 2018.

WYLIE, J. **Landscape**. London: Routledge, 2007.

As folias de reis em Ourinhos e Salto Grande (SP): por que e como estudar?

*The folias de reis in Ourinhos and Salto Grande (SP):
why and how to research?*

RAFAELA SALES GOULART^a
FABIANA LOPES DA CUNHA^b

^a Doutoranda em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Assis, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
E-mail: rafa_historia@hotmail.com

^b Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus experimental de Ourinhos.
E-mail: fabiana.cunha@unesp.br

A partir do estudo de doutorado recentemente iniciado sobre as folias de reis de Ourinhos e Salto Grande (SP) no período de 1950 a 2010, pretende-se justificar, neste texto, a escolha pela temática e pelo recorte espaço-temporal da pesquisa, apontando também para a importância da metodologia da história oral nesse empreendimento. Vale antecipar que as cidades em questão estão inseridas em uma região hoje vinculada ao Projeto Angra Doce e ao programa de cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, o que anuncia uma recente investida de políticas atreladas ao turismo no lugar, o qual, por sua vez, foi remodelado paisagisticamente a partir do represamento das águas do rio Paranapanema e Itararé para a construção da usina hidrelétrica de Chavantes (SP), iniciada em 1959. Em 1958, por sua vez, foi concluída a obra da usina hidrelétrica de Salto Grande, o que revela uma espécie de projeto desenvolvimentista nessa região que, conseqüentemente, passa a se modernizar. Assim, visto que as folias de reis, caracterizadas por práticas e costumes rurais, permanecem ativas nas cidades e no lugar mencionados, demonstra-se a importância de tomá-las como objeto de estudo para entender a história da região e da festa e sua possível salvaguarda.

Palavras-chave: folias de reis, Projeto Angra Doce, memória e patrimônio, turismo, história oral.

Based on a recently written doctoral study on the *folia de reis* of Ourinhos and Salto Grande (SP) between 1950 and 2010, this text aims to justify the choice for the subject as well as the site and period of the research while also indicating the importance of the oral history methodology in this endeavor. It is worth noting that the cities being studied are situated in a region today related to the Angra Doce Project and to the United Nations Global Compact cities program, which announces a recent onslaught of policies related to tourism in the place, which in turn had its landscape remodeled in accordance with the damming of the Paranapanema and Itararé rivers for the construction of the Chavantes (SP) hydroelectric plant, which started in 1959. At the same year, in turn, work on the Salto Grande hydroelectric plant was finished, which reveals a kind of developmental project in this region that becomes modern as a consequence of this. Thus, since the *folias de reis*, characterized by rural practices and customs, remain active in the region and in the aforementioned place, taking them as an object of study to understand the history of the region and the festival and its possible safeguard is significant.

Keywords: *folias de reis*, Angra Doce Project, memory and patrimony, tourism, oral history.

INTRODUÇÃO

As folias de reis, também conhecidas como reisa-dos, ranchos, ternos ou simplesmente festas de Santos Reis, são celebrações advindas de um catolicismo popular que migrou para o Brasil junto com os colonizadores e, por aqui, remodelou-se dependendo das dinâmicas sociais das comunidades e lugares por onde passaram (JURKEVICS, 2005). Já no século 19, essa prática cultural foi assim registrada por memorialistas como o baiano Mello Moraes Filho (2002), que chegou a mencionar sua recorrência em Portugal e Espanha do século 13. Como manifestação popular de longa duração, vale ressaltar que os significados socialmente atribuídos aos seus objetos, personagens, performances e símbolos variam e, em termos de realização, até o calendário pode ser readequado às necessidades dos foliões. Tradicionalmente, no entanto, o ritual ocorre entre os dias 25 de dezembro (culto ao nascimento de Jesus – Natal) e 6 de janeiro (culto cristão aos Santos Reis – Epifania¹) (PERGO, 2007), datas que remetem à narrativa bíblica do período de viagem dos três reis magos (Gaspar, Melquior e Baltazar) que, guiados por uma estrela, saíram do Oriente em direção a Belém, lugar onde encontraram e presentearam Jesus². Nessa jornada através do imaginário religioso (PESSOA; FÉLIX, 2007) e de expressões teatrais (PRIORE, 2000), grupos de foliões, cantores e devotos organizam-se para visitar comunidades rurais e urbanas, levando a elas músicas, objetos sagrados e orações em nome dos Santos Reis e da Sagrada Família (Jesus, Maria e José). Em contrapartida, como sinal de agradecimento, as comunidades recebem as bênçãos e presenteiam os grupos com prendas (alimentos, bebidas e dinheiro) que, ao final das visitas, são transformadas em um grande banquete, o qual é devolvido gratuitamente à população. Tal comemoração final representa o entrelaçamento dos vínculos sociais estabelecidos através da fé e crença não só nos santos, mas na boa vontade dos foliões, os quais (re)produzem seus costumes e memórias nas celebrações, tornando-as bem cultural, parte do seu cotidiano, histórias familiares e de vida.

1 “epí, ‘em cima’, e phanos, ‘aparicação’, porque a estrela apareceu no céu para indicar que Cristo era o verdadeiro Deus” (DE VARAZZE, 2003, p. 149).

2 Consultar livros de Mateus (1:18-22) e Lucas (1:26-37; 2:1-21) em Bíblia Sagrada (2000).

No caso das folias de reis a que nos delimitamos, já se constatou algumas reconfigurações que as desvinculam das tradicionais práticas de sua realização. Cabe aqui apontar que os questionamentos e hipóteses que delineiam esse novo recorte não foram casualmente obtidos, mas surgiram a partir de uma pesquisa de mestrado iniciada em 2013 e defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Assis, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (nº do processo: 2013/18136-6), com o título de *Sentidos da folia de reis de Florínea (SP): memória, identidade e patrimônio (1993-2013)* (GOULART, 2016). Tal pesquisa acabou gestando a produção de um livro pela Editora Alameda Editorial em 2017, com o apoio da Fapesp (nº do processo: 2016/22220-0)³. Nessa trajetória, além de analisar a temática específica da folia de reis na cidade de Florínea (SP), o que fez pensar a história da celebração popular em confluência com a história da cidade, foram acessados acervos documentais (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – Unesp/Assis e Centro de Documentação e Memória – Unesp/Ourinhos) onde constam a história das microrregiões de Assis, bem como de Ourinhos, ambas localizadas territorialmente na área administrativa de Marília (SP). Além da constatação de documentos, a experiência com a metodologia da história oral foi um diferencial para que chegássemos à observação de uma região que culturalmente se constrói a partir dos movimentos das folias de reis (circulação dos foliões no *giro* e em *encontros de bandeiras*).

No caso de Florínea, o considerado fundador da celebração, Sebastião Alves de Oliveira, foi também o reconhecido fundador da cidade pelo poder público local, o que ajudou na construção e manutenção da memória da folia de reis enquanto um bem cultural comum à sua população. Entretanto, é importante destacar que o atual status da festa foi uma conquista que se deu através do trabalho do próprio grupo detentor do bem cultural, o qual teve que se movimentar junto com o processo de urbanização daquela cidade, institucionalizando-se em Florínea (1993 – inauguração do lugar da festa: Parque de Tradições Benedito Sebastião de Paula; 2013 – oficialização da Associação Folclórica de Reis Flor do Vale de Florínea), como estratégia para manter viva a sua identidade.

Dessa maneira, e entre tantos outros ganhos, a pesquisa precedente também viabilizou o mapeamento das

3 Consultar Goulart (2018).

folias de reis presentes não só na microrregião de Assis, lugar onde se encontra a celebração de Florínea, mas na microrregião de Ourinhos⁴. Nesse aspecto, observou-se que a dinâmica das celebrações em Ourinhos e Salto Grande, por exemplo, contrapõem-se à de Florínea.

Existe apenas uma tese que se refere às folias de reis de Ourinhos, a qual diz que a festividade é anualmente realizada no mês de junho, em conjunto com a festa junina, no bairro rural de Ribeirão Grande (KODAMA, 2009); ou seja, fora do espaço urbano e do ciclo natalino (25 de dezembro a 6 de janeiro), comum à festividade. Já no caso de Salto Grande, observou-se que a celebração vem sendo realizada dentro da cidade. Entretanto, seu ritual de visitas à comunidade ocorre sem a presença tradicional dos mestres e cantores/instrumentistas, sendo estes alocados da cidade vizinha de Ribeirão do Sul e dos bairros rurais de Ourinhos somente para a realização da festa de encerramento, que ocorre no último sábado do mês de janeiro.

Reconhecida a dinamicidade de tal celebração de ordem religiosa, questiona-se: qual a importância do estudo das folias de reis para o melhor entendimento da história de uma região e para a própria história e preservação da celebração?

Ora, em função do lugar de estudo estar localizado em uma área de interesse turístico, garantida através do recente Projeto Angra Doce (2015), o qual se vincula nas cidades com o programa de cidades do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), e também em função das comunidades foliãs estarem abertas a auxílios externos pelo fato de as festas estarem diminuindo ou se reconfigurando no lugar (ex.: participação dos foliões em festas e festivais de encontros de bandeiras em cidades diversas), chega-se à hipótese de que se promoverão na região (notaremos isso nas entrevistas que faremos entre 2019 e 2021) pesquisas e políticas públicas culturais que agregarão festas populares de ordem religiosa em seus projetos. Isso, por sua vez, sugere mapeamentos e pesquisas sobre as diversas celebrações e demais bens culturais que compreendem o patrimônio histórico do lugar.

Nesse sentido, o objetivo desta reflexão, que parte de um projeto maior de doutorado, é justamente refletir sobre a importância da escolha pela temática das folias

de reis e pelo recorte espaço-temporal que nos levou a tal proposta, apontando também para a importância da metodologia da história oral nesse empreendimento.

Assim, ao pesquisar os caminhos das folias de reis, via folclore ou cultura popular, nos campos intelectuais e institucionais brasileiros, é possível refletir sobre as atuais dinâmicas das festas nas cidades de Ourinhos e Salto Grande. Ressalta-se, no entanto, que as cidades foram escolhidas porque já as identificamos em pesquisa anterior e, além disso, como veremos mais adiante, a região na qual se inserem possui características históricas que foram assimiladas a partir da leitura de algumas bibliografias⁵, as quais não se debruçaram sobre a análise de memórias e histórias relacionadas às folias de reis no lugar no mesmo período que nos delimitamos. De todo modo, os estudos já realizados sobre as folias de reis no Brasil e sobre a história da região em questão, bem como a variedade documental que elencaremos, serão reunidos e poderão contribuir para novas perspectivas e questionamentos, não só sobre as memórias das folias de reis nas cidades, mas sobre a memória da celebração popular *de e para além de* Ourinhos e Salto Grande. Isto é, a discussão também servirá como base para reflexão de outras folias de reis que ainda não foram efetivamente reconhecidas em políticas públicas locais e de Estado e, sobretudo, refletirá sobre os desafios que envolvem a construção de identidades, de consciência e de políticas públicas relacionadas ao bem imaterial.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste artigo é demonstrar a relevância da escolha pela temática das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande, para o melhor entendimento da história do lugar e da própria celebração popular ainda presente nele. Para isso, elencaremos os seguintes objetivos específicos:

1. justificar a escolha pela temática e pelo recorte espaço-temporal da pesquisa;
2. apontar a importância da história oral como metodologia.

4 Na microrregião de Ourinhos existem folias de reis em: Ourinhos (bairros rurais de Ribeirão Grande e Córrego Fundo), Salto Grande, Ribeirão do Sul, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Espírito Santo do Turvo e Bernardino de Campos.

5 Destaco as seguintes referências: Correa (1988), Monbeig (1984), Matos (1981), Penço (1980), Ricardo (1940), Giavara (2001).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dos objetivos deste artigo de revisão bibliográfica, recorreremos inicialmente aos resultados da pesquisa anterior de mestrado (GOULART, 2018), que possibilitou o mapeamento de folias de reis presentes não só na microrregião de Assis, mas também de Ourinhos. Essa visualização de diferenças foi, portanto, problematizada a partir dos próprios delineamentos que distinguem a história das cidades que possuem as folias de reis, destacando-se, no caso de Ourinhos e Salto Grande, a especificidade de estarem hoje inseridas em uma região turística (Angra Doce) que surgiu justamente do represamento dos rios para a construção de usina hidrelétrica. Esse fator, considerado de impacto não só para a economia do lugar, mas também para sua cultura, nos fez repensar a possível condição do patrimônio imaterial nesse espaço a ponto de produzirmos um artigo justificando essa projeção de pesquisa.

Nesse âmbito de raciocínio, a metodologia da história oral contribui para o levantamento das imaterialidades que concernem às folias de reis, diretamente afetadas não só em função do movimento de urbanização e modernização do lugar, desde a inserção tanto da usina hidrelétrica de Chavantes quanto da usina hidrelétrica de Salto Grande, mas também em razão da escassez de políticas públicas locais que salvaguardem os patrimônios. Além disso, tal metodologia contribui com uma espécie de conscientização não só da comunidade diretamente envolvida no bem cultural, mas do próprio poder público que, ao conceder entrevista sobre esse tipo de manifestação cultural, pode repensar sua importância e seus desafios na atual conjuntura histórica das cidades que, por sua vez, se envolvem em um projeto turístico.

DESENVOLVIMENTO

Entre os poucos registros que se têm sobre as folias de reis nas cidades brasileiras do século 19, destacamos os textos memorialistas de JeanBaptiste Debret (1975), José de Alencar ([19--?], originalmente publicado em 1855) e Mello Morais Filho (2002), os quais já fazem parte de um momento histórico cuja produção intelectual vai ao encontro de ideias e projetos políticos/institucionais que visavam o registro, a interpretação e também a construção de uma identidade nacional. No século 20, essa onda identitária, chamada por Marcos Napolitano (2014) de “Projeto Moderno” ou “longo modernismo” brasileiro, percorreu movimentos de vanguarda inaugurados na década de 1920 pela Semana

da Arte Moderna, perdurando até os anos que antecederam a ditadura militar, iniciada em 1964. Aliás, o historiador faz um mapeamento de importantes movimentos e projetos artístico-culturais de cunho nacional-popular, os quais, entre os anos de 1955 e 1964, visavam não só influenciar o Estado na superação do subdesenvolvimento, mas oferecer, em um momento chave de entrelaçamento entre política e cultura, um perfil nacional ao povo e ao Estado (NAPOLITANO, 2014). O Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964) é um exemplo claro desse ideal de busca pelas tradições e “originalidades” manifestadas no interior do país.

Como estudado por Luiz Rodolfo Vilhena (1997), do *Projeto e missão*, que engajou o folclore brasileiro, foram criadas a Comissão Nacional do Folclore, em 1947, e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura. Desse processo surgiram comissões estaduais, como a Comissão Paulista de Folclore (1947), a qual enviava para o interior de seu território representantes que tinham como objetivo registrar o folclore existente nas cidades⁶. Hoje, tal comissão possui núcleos⁷ responsáveis por acompanhar as manifestações das culturas populares; no entanto, nenhum deles se encontra na região de Ourinhos e Salto Grande, o que nos leva a entendê-las, ao menos de início, como não diretamente beneficiadas pela entidade de viés cultural⁸. Essa observação, por sua vez, parece interessante de ser avaliada, ou seja, quais são,

6 Em pesquisa ao acervo documental do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, obtemos apenas seis notícias de jornais que divulgaram, entre 1959 e 1971, registros de Ourinhos e Salto Grande como detentores dos seguintes folclores: festas de São João, São Sebastião e Catira em ambas cidades e, em Salto Grande, também são registrados o Congo, Moçambique e Procissão das Águas.

7 Não há informações precisas sobre a localização dos núcleos. Consultar: <http://bit.ly/2Tzd5lw>. Acesso: 18 jun. 2018.

8 Constatou-se, no entanto, a participação da Companhia de Folia de Reis de Ribeirão Grande – Ourinhos, em 2007, no evento Revelando São Paulo, promovido pela Abaçá Cultura e Arte em parceria com a Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo. Essa participação é feita mediante e-mails/convites trocados entre a secretaria do programa, localizada em São Paulo, e secretarias municipais, sendo que a ida para o evento tem que ser de interesse do grupo festivo. Sobre as folias de reis e o Revelando São Paulo, há um estudo interessante publicado por Mônica de Carvalho (2010). Em “Folia de reis não é folia de rádio”, a autora constata que o evento não é bem visto pela comunidade festiva da Freguesia do Ó/São Paulo, pela fato de a celebração perder sua essência sagrada inicial, espetacularizando-se.

efetivamente, as intervenções do Estado, via políticas públicas (sobretudo de uma cultura popular), no lugar em que se localiza a pesquisa? Questão que se levanta, pois, a partir de meados do século 20, por exemplo, as regiões Sudeste e Sul do Brasil eram financeiramente e economicamente mais beneficiadas pelo governo federal, o que gerou inúmeras discussões institucionais sobre a desigualdade observada em outras regiões do país⁹.

O pressuposto dessa atual situação das políticas públicas em prol do desenvolvimento cultural, nesse sentido mais amplo, é que a *Política Nacional de Desenvolvimento Regional* (BRASIL, 2007), ainda que seja uma política do governo federal, em graus variados de atuação deveria convergir com outras políticas federais com que se articula, por exemplo, no Ministério da Cultura (diretamente responsável pelas políticas de forte impacto social). Tal política está condicionada a uma conformação setorial no governo federal que não permite a atuação e o diálogo dos ministérios e demais instituições federais em alguns locais (BRASIL, 2005). Mesmo considerando a microrregião de Ourinhos como estagnada¹⁰, a recente institucionalização dessa política regional, em 2007, e Projeto Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, de 2006, trazem indícios da precariedade de políticas públicas em diversas regiões e locais do Brasil. Isso, por sua vez, não só pode se refletir na atuação política dos municípios e governo paulistas nas folias de reis, mas também pressupor a precariedade de uma consciência social sobre os bens culturais de natureza imaterial no lugar e para além dele.

Junto a isso, encontram-se, na segunda metade do século 20, produções intelectuais que, embora representem o entrelaçamento entre projetos políticos e de cultura, abordam de forma distanciada a realidade social expressa em manifestações culturais do interior paulista. São exemplos dessa afirmação o *Dicionário do folclore brasileiro*, de Luís da

Câmara Cascudo (1954), o texto *Folias de Reis*, de Zaide Maciel de Castro e Aracy do Prado Couto (1977), e o texto *A folia de reis de Mossâmedes*, de Carlos Rodrigues Brandão (1977), produções que retratam as celebrações populares das folias de reis a partir da observação e registro de práticas comunitárias do Rio de Janeiro¹¹ e de Goiás. Esses dados ressaltam a relevância social da presente pesquisa.

A partir de 1985, com o esfacelamento da ditadura militar, surgem historiografias brasileiras que também trabalharam sob a perspectiva da cultura popular, as quais devem ser observadas juntamente com a chegada de novas problemáticas sobre a História Social que, assumindo novos objetos e abordagens sobre fontes documentais diversas¹², ampliou os estudos sobre a cultura em sua multiplicidade, e sobre metodologias ligadas ao tempo presente, memória e oralidade. Essa perceptível guinada da historiografia, que se refletiu em produções bibliográficas brasileiras do início do século 21, proporcionou reflexões não só sobre movimentos sociais de cunho político, mas sobre manifestações culturais tais como as folias de reis¹³, práticas populares antes não estudadas pelo fato de a tônica de sua expressão não ser a escrita, mas sim a oralidade (FENELON, 1993). Entretanto, apesar dessa abertura historiográfica que, na maioria dos casos, é entendida pelas comunidades detentoras do bem cultural como valorização e legitimação do seu saber (FRADE, 2006), ainda são poucos os trabalhos que transcendem propriamente a descrição de seus objetos e a perspectiva local¹⁴, o que limita o entendimento de questões mais amplas que podem configurar sua atual situação.

9 A criação de órgãos públicos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em 1959, e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em 1966, exemplificam algumas medidas do Estado nas regiões Nordeste e Norte (ALVES; ROCHA NETO, 2014).

10 O Plano Executivo do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional identifica como microrregiões estagnadas aquelas cujo rendimento domiciliar é médio, mas o crescimento econômico é baixo, o que reflete o dinamismo das regiões em períodos passados e, em muitos casos, atuais estrutura socioeconômica e capital social consideráveis. Além disso, essas microrregiões apresentam um grau de urbanização relativamente elevado; ou seja, um percentual médio de 75,3% (BRASIL, 2005).

11 Câmara Cascudo (1954) chega a mencionar folias de reis da Bahia; no entanto, o faz a partir do estudo de Mello Morais Filho.

12 Destaco três referências da historiografia francesa organizadas por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976a, 1976b, 1995).

13 Destaco trabalhos sobre folias de reis defendidos em universidades dos estados de São Paulo (GOULART, 2016; HORTA, 2011; MACHADO, 1998; VICTORASSO, 2015), do Rio de Janeiro (BITTER, 2008; MAGNO, 2016), Paraná (LOPES, 2009; PINTO, 2010), de Minas Gerais (GOLOVATY, 2005), do Mato Grosso do Sul (MENDES, 2007), do Ceará (NUNES, 2007) e de Brasília (OUROFINO, 2009).

14 Destaco também estudos que trabalharam as folias de reis em alguns lugares do Brasil sob a perspectiva dos rituais (JURKEVICS, 2005; PERGO, 2007), da música (REYLI, 2014; TREMURA, 2004), dos símbolos (BITTER, 2008), dos personagens (BUENO, 2014) e da educação e aprendizagem popular (PESSOA, 2007).

Além desse fator, na microrregião de Ourinhos, o único estudo encontrado sobre a temática da folia de reis foi a tese de doutorado de Katia Kodama (2009), *Iconografia como processo comunicacional da folia de reis: o avatar das culturas subalternas*, a qual se situa na área de Interfaces Sociais da Comunicação, defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. No texto, a autora aponta que os interesses das elites econômicas de Ourinhos, que não tinham raízes na cidade, se sobrepunham à população e às manifestações culturais locais. Ela afirma que, embora Ourinhos tenha sido conhecida como “cidade do coração de ouro” por ser entendida como hospitaleira e, por isso, ainda contemplar várias festividades, a folia de reis, por exemplo, foi marginalizada com a chegada dos cinemas e teatros na cidade. Além disso, Kodama (2009) menciona que nas periferias, onde ocorre a folia de reis, germina uma cultura desconhecida que se solidariza com os migrantes do corte de cana. Nesse aspecto, embora a pesquisa localize a comunidade de folia de reis na história de Ourinhos e região, não esmiúça por que, de quem e por quem as folias de reis são desconhecidas e por que essa cultura se solidariza com os migrantes do corte de cana, assuntos que nos encaminham para uma investigação das possíveis relações conflituosas vividas entre foliões e elites econômicas, políticas e culturais, ou mesmo para uma análise de como se dão os impactos dessa modernização acelerada e da posterior inserção do agronegócio na microrregião de Ourinhos, no final do século 20. Isso sem falar que a pesquisa não objetivou trabalhar com a questão do lugar do bem cultural nas cidades, elementos que refletem sobre a escassez e as problemáticas que envolvem a constituição de políticas públicas sobre as folias de reis, que é um exemplo de celebração que integra um campo mais amplo de manifestações culturais de natureza religiosa.

Sobre esse último caso, no entanto, identificou-se o estudo de Marluce Reis Magno (2016), *Culturas populares, políticas públicas e patrimonialização: (des)encontros na folia de reis de Valença, Rio de Janeiro*. Nele, a autora apresenta um estudo similar ao que realizamos no mestrado (GOULART, 2016). Através de uma Associação que contempla diferentes grupos de folias de reis do município de Valença (RJ), Magno analisa a relação que se estabelece entre as comunidades foliãs e o Estado, refletindo sobre políticas públicas e atentando para impactos dessas construções patrimoniais na identidade dos grupos. Há que se destacar que, ao contrário do que ocorre com os grupos festivos de Ourinhos e Salto Grande, as folias de reis daquele lugar já se constituíram como

associação e, além disso, diferente do que ocorreu em Florínea, o grupo valenciano possui um ativo líder na Associação, o qual acabou se engajando em projetos culturais, mediado por um pároco local e em parceria com a prefeitura da cidade, o que anuncia uma espécie de adequação dos grupos às demandas de patrimonialização estabelecidas pelo Estado.

Mas retomemos as discussões que iniciamos anteriormente sobre os movimentos institucionais importantes à abertura de consciência sobre cultura, memória e patrimônio no fim do século 20. Aponta-se, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005), a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) por Aloísio Magalhães em 1975, a transformação da Campanha em Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Arte em 1976, e, em 1979, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, responsável por implementar a política de preservação da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando-a ao Programa de Cidades Históricas e ao CNRC. Essas medidas contribuíram fortemente para a noção legal de patrimônio, o qual foi descrito como “material” e “imaterial”¹⁵ no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (GOULART, 2016). Passados 20 anos, instituiu-se em 2000 o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, mediante o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto. No mesmo ano, houve também a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais, metodologia voltada para a identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais e com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas de preservação dos patrimônios (IPHAN, 2000). Nesse aspecto, para obter reconhecimento/registo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os patrimônios imateriais precisam ser inicialmente inventariados, processo que necessita do interesse inicial e da participação efetiva da sociedade civil nas políticas de preservação de seus bens culturais. Posteriormente a esse trâmite são criados dossiês e planos de salvaguarda, que se concretizarão como políticas públicas.

Mesmo que tais passos tenham sido dados com relação ao reconhecimento dos patrimônios imateriais brasileiros, vale dizer que as folias de reis ainda não foram nacionalmente reconhecidas como bens culturais

15 A noção legal de patrimônio imaterial baseia-se no conceito de bem cultural desenvolvido há uma década no CNRC.

pelo Iphan, havendo apenas um inventário, o das Folias de Reis Fluminenses, que foi realizado e proposto ao órgão público para análise, em 2016, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e atualmente está sendo tramitado¹⁶. Nesse caminho, esses indícios nos levam a investigar os papéis desenvolvidos tanto pelas superintendências regionais do Iphan quanto pelos órgãos estaduais de patrimônio e possíveis conselhos municipais de preservação. Faz-se necessário pensar suas relações ou distanciamentos e pensar também sobre os interesses sociais dos detentores dos bens culturais.

É importante refletir sobre esses desdobramentos históricos percorridos em nome da cultura popular para pensar a questão da memória e do patrimônio no Brasil. Grosso modo, os caminhos de construção de uma identidade nacional – e isto desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 1930 – tinham um viés homogeneizante de cultura. Já agora, ao contrário, o interessante é o diferente¹⁷ e, portanto, as culturas populares encontram-se em um espaço de discussão mais amplo e democrático (FONSECA, 2005). O reconhecimento da dinâmica e das especificidades do patrimônio imaterial, para dadas sociedades, é avaliado como importante pelos órgãos públicos do Estado e é apresentado dessa maneira na própria descrição do conceito de patrimônio pelo Iphan¹⁸. Entretanto, vale ressaltar que elas apontam para o reconhecimento “do diferente” nas regiões brasileiras, não havendo ainda um olhar mais específico para as políticas locais. Isso dificulta o próprio entendimento e valorização, pelas comunidades e representantes dos órgãos públicos municipais, do que seriam seus bens culturais e da importância de políticas em prol das manifestações culturais de essência popular e rural, tais como as folias de reis. Finalmente, essa constatação parece relacionar-se às atuais dinâmicas das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande que,

ainda sobreviventes nos locais, correm o risco de desaparecer, seja por falta de consciência sobre o patrimônio, o que implica uma nova geração despreocupada com o bem cultural, seja por disputas ou *esquecimentos/silenciamentos* (POLLAK, 1989) que precisam ser estudados para contribuir com a memória e com a história dessa sociedade local, possibilitando, ainda, reflexões historiográficas sobre questões que envolvem memória, patrimônio e políticas públicas. Portanto, todas essas concepções que se encontram no campo das ideias e que em nosso doutorado se projetam, unidas a uma trajetória de pesquisa anterior, sustentam a defesa do objeto de pesquisa bem como a relevância social da proposta.

Se até aqui descrevemos uma trajetória da folia de reis via cultura popular nos campos intelectuais e institucionais brasileiros das décadas de 1950 e 2010, o que atende a uma das problemáticas do texto, precisamos agora justificar o nosso recorte temporal, o qual pode sinalizar as possíveis (re)configurações das folias de reis de Ourinhos e Salto Grande, em conjunto com a história dessas cidades e da região. Em um primeiro momento é importante dizer que as principais produções bibliográficas que dizem respeito ao lugar de estudo apresentam abordagens que partem de uma história econômica e política e, portanto, versam sobre os principais meios e símbolos da penetração capitalista em direção ao oeste do país, seja pelo rio Paranapanema ou pela produção do café, a qual foi potencializada com a chegada dos trilhos e estações da Estrada de Ferro Sorocabana (CORREA, 1988; GIAVARA, 2001; MATOS, 1981; MONBEIG, 1984; PENÇO, 1980; RICARDO, 1940). Dessa maneira, as histórias da região e das cidades estão amplamente refletidas e delimitadas à primeira metade do século 20.

Entre as referências encontra-se a dissertação de Eduardo Giavara (2001), *O sonho iluminado: a hidrelétrica de Salto Grande: memória e representação*. Sua análise indica que acontecimentos presentes na região, a partir da década de 1950, foram relevantes em termos de desenvolvimento econômico e mudanças de hábitos sociais. Embora o autor tenha utilizado o espaço de Salto Grande para discutir o complexo hidrelétrico brasileiro (de fins do século 19 para fins do 20), sua participação na modernização do país, bem como as discussões entre setores público e privado, possibilitou também, através da reflexão sobre construção da usina hidrelétrica Lucas Nogueira Garcez, inaugurada por Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, em 1958, a percepção de um processo histórico local responsável pela remodelação de práticas e costumes sociais que se deram junto com a urbanização da cidade.

16 Todas as informações que dizem respeito ao Iphan, podem ser encontrados no seguinte website: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso: 17 mar. 2019.

17 Stuart Hall (2001, p. 77) aponta essa “fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’” como uma contratendência à cultura hegemônica.

18 “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, [20--?]).

Outra constatação interessante trazida por esse trabalho é que, passados “os ares da modernidade” pelo local, a cidade estabilizou-se, não apresentando na contemporaneidade um significativo crescimento e fluxo de pessoas, exceto quando se trata de um turismo local atraído para a praia de águas doces de Salto Grande, resultante, inclusive, do represamento das águas do Paranapanema para a construção da usina hidrelétrica. Vale ressaltar, no entanto, que Giavara (2001), mesmo observando as mudanças de hábitos sociais no lugar, não se debruçou sobre o estudo das memórias sobre as ressignificações de suas manifestações culturais, o que justifica uma de nossas propostas, por exemplo, em aplicar a metodologia da história oral na investigação dos atores das folias de reis locais, bem como de figuras representativas delas.

Visto isso, é importante frisar a relevância do presente trabalho também pelas fontes orais. A metodologia da história oral será fundamental na pesquisa, uma vez que as celebrações populares tais como as folias de reis, sobretudo as que delimitamos, raramente apareceram registradas em estudos acadêmicos, documentos oficiais e nas folhas de jornais da região. Esse fator, por si só, já define a importância da escolha metodológica, já utilizada por intelectuais como Paul Thompson (1998), Alistair Thomson (1997), Janaina Amado (1997), Alessandro Portelli (1997) e Verena Alberti (2008).

De maneira geral, a principal questão a se fazer às fontes orais é: o que as memórias, produzidas no tempo presente, dizem sobre o passado? Para Alistair Thomson (1997), a reconstrução de reminiscências ou *composição* de memórias é resultado dos sentidos que damos, no presente, às experiências do passado, de modo que tal composição resulta na restituição apenas daquilo com que se quer conviver. Nesse aspecto, mesmo respeitando os ditos e não ditos nas entrevistas, as memórias nos encaminham a entrelinhas interpretativas que podem proporcionar novas questões a serem feitas e resolvidas ao longo da pesquisa.

O passado investigado, como se disse, é produto de memórias individuais e coletivas provenientes dessa sociedade que, mesmo localizada em determinado espaço, possui relações mais amplas (MASSEY, 2000; REVEL, 2010), por exemplo, com políticas e mentalidades instituídas pelo Estado (documentos oficiais das áreas de cultura, turismo, educação) e pelos veículos de comunicação (imprensa) que discorrem sobre o que é cultura e patrimônio ao longo dos tempos, o que remete a um campo de conflitos entre memórias e identidades. Como, por exemplo, se concebe uma consciência de cultura popular e patrimônio cultural

comum diante das realidades sociais produzidas no fragmentado mundo moderno e globalizado que, como aponta Stuart Hall (2001), é alimentado por mudanças rápidas, constantes e permanentes?

Para François Hartog (2015), o apelo à noção de patrimônio surge justamente de crises no regime moderno de historicidade, o qual proporcionou, principalmente através do capitalismo globalizante, rápidas mudanças em termos de tempo e espaço, ascendendo nas sociedades o presentismo e a imediata busca por identidades pautadas em um passado comum, por vezes inventado sob legados invariáveis e tradicionais, como apresentou Eric Hobsbawn (HOBSBAWN; RANGER, 1997). Esse apelo ao patrimônio, no entanto, não parece vinculado, no viés do poder público brasileiro, aos bens de natureza imaterial, tais como as folias de reis das cidades.

Assim, esse campo de conflitos em que se encontram as memórias, identidades e patrimônios deve ser investigado a partir dos conceitos de *enquadramento* e *esquecimento/silenciamento* de memória, de Michael Pollak (1989), *campos de disputas* e de *poder simbólico*, de Pierre Bourdieu (1989), e *lugar de memória*, de Pierre Nora (1993), os quais também explicam o critério de seleção das demais fontes elencadas para a pesquisa de doutorado, isto é, imprensa local, atas, projetos de lei, leis, decretos, portarias, estatutos, pareceres, cartas patrimoniais que condensam o universo documental/material, podendo, assim, complementar as possíveis lacunas das fontes orais e até mesmo possibilitar outros questionamentos acerca destas (ALBERTI, 2008). Trata-se, portanto, de um arsenal documental que é produto de, e pode produzir, uma materialização de memória e, por esse fato, deve ser desnaturalizado nessa empreitada, fazendo-se leitura e compreensão de discursos que, como diria Foucault (2013), constituem-se para além da ordem do que é escrito.

Com relação ao trabalho de crítica e interpretação das fontes orais, elas deverão se basear na ideia de que a memória é algo socialmente construído, o que demanda atenção ao que Michael Pollak (1989) chama de *memória enquadrada*. De acordo com o autor, essa memória pode ser entendida como um conjunto uniforme de discursos emitidos pelo Estado ou por ideologias partidárias buscando a legitimação de uma memória nacional. Nesse aspecto, e ainda lembrando as palavras de Pierre Nora (1990) sobre memória coletiva, o trato da documentação da pesquisa deverá levar em consideração que a busca pela consolidação de uma memória pode se materializar não só em

jornais e documentos oficiais, mas também nos relatos orais. Dessa maneira, todas essas memórias têm muito a dizer sobre perspectivas e projeções identitárias e de políticas públicas ligadas aos bens culturais. Todos esses projetos, por exemplo, podem criar uma mentalidade que produz, ou não, consciência social sobre a própria memória e patrimônio cultural, o que ajuda a entender as intencionalidades tanto das comunidades locais quanto das estratégias de Estado sobre as folias de reis nas cidades de Ourinhos e Salto Grande e para além delas.

Michael Pollak (1989) também atenta para os *esquecimentos/silenciamentos* de memória, os quais serão investigados a partir dos ditos e não ditos nas fontes. Nesse aspecto, vale lembrar dos *campos de poder simbólico*, assim estabelecidos por Pierre Bourdieu (1989), bem como dos estratégicos *lugares de memória* mencionados por Pierre Nora (1993), isto é, dos espaços de disputa construídos sob dada intencionalidade e que pretendem a internalização de uma memória e identidade, assuntos que devem ser analisados nos documentos já que fundamentarão interpretações que vão além da história das folias de reis, das cidades e da região em questão, condensando também a trajetória da memória e do patrimônio como assuntos que se constituem em um campo conflituoso de poder. Ora, qual o lugar da memória, do patrimônio e, conseqüentemente, das folias de reis nas mentalidades dos grupos e nas políticas públicas das cidades? E como a trajetória histórica desses assuntos, entre as décadas de 1950 e 2010, nos possibilita explicar seu atual status na contemporaneidade?

Por fim, ou como dissemos de início, a justificativa e defesa da pesquisa se dão a partir de seu recorte espaço-temporal e da metodologia adotada. De fato, o período a ser analisado aponta para o início das políticas públicas de salvaguarda e do estudo da cultura popular no Brasil, através de registros do folclore, depois transformados, no campo intelectual e institucional, em memória e patrimônio. Por sua vez, essa trajetória histórica da folia de reis fez com que percebêssemos a sua importância como objeto de estudo, importância essa que vem atrelada à necessidade de registro dos sentidos e especificidades da festa e da comunidade que a pratica em dado lugar. Ao mesmo tempo, percebeu-se a escassez, no período, de estudos sobre a história das cidades e da região de Ourinhos e Salto Grande, o que enfatiza uma outra problemática que pretendemos resolver no doutorado, ou seja, o que essas histórias podem dizer

sobre o atual status das folias de reis nas cidades e para além delas? Nesse sentido, como a micro-história das folias de reis se une à macro, isto é, ao reconhecimento dessa cultura em instituições do governo e Estado, reconhecimento que pode reverberar ou não em políticas públicas cidadinas e na própria produção de consciência social sobre o patrimônio cultural?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista as intenções do artigo em demonstrar a importância de tomar as folias de reis como objeto de estudo não só para entender a história da região, mas também a própria história da celebração popular, a qual foi reconfigurada ao longo desses 60 anos em que delimitamos o estudo e, além disso, de mostrar a importância do próprio encaminhamento metodológico que serve também como base para outros estudos que visam salvaguardar bens imateriais na região, os objetivos aqui propostos foram atingidos.

Em duas entrevistas de história oral já realizadas com foliões de Ourinhos e Salto Grande, bem como a partir das primeiras observações em pesquisa participativa na região, pudemos constatar que os foliões, embora se identificassem com bandeiras específicas de folias de reis de suas cidades/bairros, costumam acompanhar e até contribuir no processo de organização das celebrações de Ourinhos (bairros rurais de Ribeirão Grande e Córrego Fundo), Salto Grande, Ribeirão do Sul e São Pedro do Turvo, além de participarem anualmente de encontros de bandeiras que ocorrem nas cidades de Assis, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo e Santa Cruz do Rio Pardo. Essas ações foram consideradas importantes para os entrevistados, visto que contribuem para a continuidade da celebração no lugar, mesmo que de forma reorientada e ressignificada.

Nesse aspecto, é importante dizer também que os foliões compartilham da ideia de possível desaparecimento das celebrações após o falecimento dos integrantes mais antigos do grupo e, assim, indicam a sua preocupação com a manutenção da festa, a qual necessita não só das ações já realizadas por eles, como é o caso do auxílio em outras bandeiras e da participação em eventos de folias de reis na região, mas também de auxílios externos, que podem partir dos representantes políticos locais, do Estado e da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155202.
- ALENCAR, J. **Ao correr da pena**. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [19--?].
- ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 311338, 2014.
- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 145155, 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BÍBLIA Sagrada. 137. ed. Edição Pastoral Catequética. São Paulo: Ave Maria, 2000.
- BITTER, D. **A bandeira e a máscara**: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de reis. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **A folias de reis de Mossâmedes**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1977. (Cadernos de Folclore, v. 20).
- BRANDÃO, C. R. **Sacerdotes de viola**: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BRASIL. Ministério de Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, DF: Ministério de Integração Nacional, 2005.
- BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 fev. 2007.
- BUENO, A. P. **Palhaços da cara preta**: pai Francisco e Catirina, Mateus e Bastião, parentes de Macunaíma no boi, cavalo-marinho e folia-de-reis – MA, PE, MG. São Paulo: Edusp, 2014.
- CÂMARA CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1954.
- CARVALHO, M. Folia de reis não é folia de rádio. **Tempo social**, v. 22, n. 2, p. 217239, 2010.
- CASTRO, Z. M.; COUTO, A. P. **Folias de reis**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1977. (Cadernos de Folclore, v. 16).
- CORREA, A. M. M. **Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema (1920-1930)**. Tese (Livre Docência em História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1988.
- DE VARAZZE, J. **Legenda áurea**: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DEBRET, J.-B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1975. (Tomo 2, v. 3).
- FENELON, D. R. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7390, 1993.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FRADE, C. Universidade e cultura popular. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 715, 2006.
- GIAVARA, E. **O sonho iluminado**: a hidrelétrica de Salto Grande: memória e representação. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2001.
- GOLOVATY, R. V. **Cultura popular**: saberes e práticas de intelectuais, imprensa e devotos de Santos Reis – 1945-2002.

2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- GOULART, R. S. **Sentidos da folia de reis de Florínea (SP):** memória, identidade e patrimônio (1993-2013). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.
- GOULART, R. S. **Sentidos da folia de reis:** um estudo da memória e da identidade da celebração popular em Florínea/SP. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HORTA, A. P. S. **Os reis da canastra:** os sentidos da devoção nas folias. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** INCR 2000: manual de aplicação. Brasília, DF: Iphan, 2000.
- IPHAN–INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio imaterial. *In:* IPHAN. Brasília, DF: Iphan, [20--?]. Disponível em: <http://bit.ly/2wOnwKo>. Acesso: 17 mar. 2019.
- JURKEVICS, V. I. Festas religiosas: a materialidade da fé. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 43, n. 2, p. 7386, 2005.
- KODAMA, K. M. R. O. **Iconografia como processo comunicacional da folia de reis:** o avatar das culturas subalternas. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História:** novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976a.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976b.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LOPES, A. C. **O adeus às violas:** as companhias de reis da região dos Cinco Conjuntos no município de Londrina/PR: estudos históricos acerca do catolicismo tradicional popular brasileiro e a formação dos mestres-rituais a partir da mobilidade social da região. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- MACHADO, M. C. T. **Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais:** caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950-1985). 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- MAGNO, M. R. **Culturas populares, políticas públicas e patrimonialização:** (des)encontros na Folia de Reis de Valença, Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. *In:* ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p. 176185.
- MATOS, O. N. **Café e ferrovias:** a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.
- MENDES, L. A. S. **As folias de reis em Três Lagoas:** a circularidade cultural na religiosidade popular. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984. (Geografia: teoria e realidade).

- MORAIS FILHO, M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília, SP: Senado Federal, 2002.
- NAPOLITANO, M. A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia histórica da cultura brasileira antes do golpe de Estado de 1964. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 418428, 2014.
- NORA, P. Memória coletiva. In: LE GOFF, J. **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990. p. 451454.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 728, 1993.
- NUNES, C. **O reisado em Juazeiro do Norte-CE e os conteúdos da história e cultura africana e afrodescendente**: uma proposta para a implementação da Lei nº 10.639/03. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- OUROFINO, J. V. M. **A folia de reis em São Braz de Minas**: a migração, as transformações locais e o imaginário religioso. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- PENÇO, C. C. F. **A “evaporação das terras devolutas” no Vale do Paranapanema**. 1980. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- PERGO, V.L. **Os rituais na folia de reis**: uma das festas populares brasileiras. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2weEO2U>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- PESSOA, J. M. Mestres de caixa e viola. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 6383, 2007.
- PESSOA, J. M.; FÉLIX, M. **As viagens dos Reis Magos**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.
- PINTO, J. L. D. **Os espaços da Folia de Reis em Maringá-PR**: o grupo Unidos com Fé. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 315, 1989.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 1349, 1997.
- PRIORE, M. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- REILY, S. A. As vozes das folias: um tributo a Elizabeth Travassos Lins. **Debates**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 3553, 2014.
- REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434444, 2010.
- RICARDO, C. **Marcha para oeste**: a influência da bandeira na formação social política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 5171, 1997.
- TREMURA, W. A. **With an open heart**: folia de reis, a Brazilian spiritual journey through song. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Music, Florida State University, Tallahassee, 2004.
- VICTORASSO, P. H. **A folia de reis da Companhia de Reis Fernandes em Olímpia/São Paulo (1964-2014)**: entre o sagrado e o profano. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.
- VILHENA, L. R. **Projeto e missão**: o movimento folclorista brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.